

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - MEDICAMENTOS		
EVENTO : Audiência Pública	Nº: 0085/00	DATA: 10/02/00
DURAÇÃO: 3h08min	PÁGINAS : 69	QUARTOS: 39
REVISORES: ANNA AUGUSTA, CLÁUDIA LUÍZA, DÉBORA		
SUPERVISORA: NEUSINHA		
CONCATENAÇÃO: ZUZU		
DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO		
JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Presidente da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos — SOBRAVIME.		
SUMÁRIO: Tomada de depoimento.		
OBSERVAÇÕES		
Transcrição <i>ipsis verbis</i> Há falha na gravação. Há intervenções inaudíveis. Há apartes paralelos. Há oradores não identificados. Há expressões ininteligíveis. Rheumazin(?) Forte. - Pág. 11. Não foi possível checar a grafia correta do nome acima citado.		

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos da 24ª reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópia da ata da 23ª a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sugiro a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sugerida a dispensa, está em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, em votação. (Pausa.) Aprovada. Ordem do Dia. A Ordem do Dia nossa hoje é para ouvir o *(falha na gravação)* José Ruben de Alcântara Bonfim, Presidente da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos, que apresenta um cartão com a expressão **primum non nocere**. Cada um pode traduzir. Sei que todos nós já estamos esquecidos do latim, mas eu acho que é primeiro... primeiro não esquecer, entendeu? Não é? Primeiro não lesar, é? É tradução livre. Mas, antes de ouvirmos o convidado de hoje, eu queria concluir a Ordem do Dia de ontem.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem V.Exa.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Eu tenho uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Para questão de ordem, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Sr. Presidente, eu apresentei ontem... encaminhei à Mesa um requerimento pedindo... solicitando a convocação do Sr. Aparecido Bueno Camargo, Presidente da Associação Brasileira das Redes de Farmácia, ABRAFARMA. E ontem mesmo, Sr. Presidente, e desde a reunião de terça-feira, nós temos ouvido que o Sr. Aparecido Camargo tem se colocado de imediatamente à disposição das informações que ele ficou de prestar a esta Comissão. Mas, Sr. Presidente, tendo em vista que inclusive o cidadão tem um **lobby** a seu favor para não vir depor nesta Comissão... Pois bem, Sr. Presidente, recorrendo ao relatório da diligência em Uberlândia... Vejam só os Sr. Deputados a denúncia que tenho a fazer neste momento à CPI dos Medicamentos, uma CPI gravíssima, uma denúncia gravíssima. Revirando o relatório, Sr. Presidente, das farmácias que compram medicamentos, compravam medicamentos daquele

laboratório clandestino, falsificador de medicamentos, lá de Uberlândia, que nós quebramos sigilo bancário de diversas pessoas, inclusive de um laboratório legalizado, consta aqui dos arquivos o cliente DROGAMED Comércio, Medicamentos, Perfumarias Ltda., Rua Anne Frank, 1919, Vila Hauer, Curitiba, Paraná, inscrição 10100775-80, CGC 78167046001-97. Sr. Presidente, esta empresa DROGAMED é de propriedade do Sr. Aparecido Bueno Camargo, que nesta Comissão disse que as suas associadas compravam apenas medicamentos direto dos laboratórios. Pois acredito que eles compravam diretamente dos laboratórios, só que ele esqueceu de dizer que compravam também de laboratório falsificado. Por isso, Sr. Presidente, eu trago esta denúncia, e a assessoria vai trazer... Talvez, Sr. Presidente... Eu queria colocar à Mesa e ao seu Relator, porque o requerimento que eu fiz, em forma de convocação, do Sr. Aparecido Bueno Camargo talvez tenha que ser de indiciamento por receptação. E aí é que eu gostaria que a assessoria jurídica pudesse nos dar este parecer, pra que nós refizéssemos esse requerimento, e o Sr. Aparecido Gomes pudesse... Aparecido Bueno Camargo pudesse depor como indiciante por receptação de mercadoria, indiciado por receptação de mercadoria falsificada. Era essa a questão de ordem, Sr. Presidente, que eu queria levantar e denunciar...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E, Sr. Presidente, eu quero dizer mais: que nos autos da diligência nós encontramos, só no Estado do Paraná, em torno de sessenta farmácias que compravam medicamentos desse laboratório falsificador, incluindo outros Estados, como já os Srs. Deputados que fizeram parte dessa diligência. Era essa a questão.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Gostaria, em primeiro lugar... Há uma questão de ordem e que eu quero primeiro decidir. Primeiro quero elogiar V.Exa. pelo estudo, esses cruzamentos que nós temos que nos aprofundar. Eu quero registrar que vejo com muito apreço que V.Exa. foi ler, foi estudar o assunto, e seguramente esse é um fato que precisa ser registrado. Em segundo lugar, eu gostaria que V.Exa. formulasse por escrito, como é tradição. Em terceiro, se há outros laboratórios que estão envolvidos nisso, quem sabe V.Exa. faz um estudo, pra nós tomarmos uma decisão conjunta disso, talvez convocando outros numa sessão...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Exato, né? Compreende? Então vamos aprofundar, citar todos os outros que estão comprando, e nós podíamos selecionar alguns e trazê-los aqui, três ou quatro ou cinco no mesmo dia...

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - São vários Estados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É. Agora, eu queria também, Srs. Deputados, eu não sei aí se V.Exa... Porque nós criamos uma comissão de diligência, e eu não quero também... Eu estou carente de informações de tudo que aconteceu desde que a Comissão foi lá e lacrou. O que mais se descobriu? Que novos dados? Quer dizer, eu não sei se não era. Eu já sugeri, mas não teve curso, talvez, de pedir à Polícia Federal a entrada nisso, para que ela nos trouxesse mais subsídios pra fazer todo esse cruzamento nacional, ouvir rapidamente, porque a Polícia pode mandar delegados ouvir em todo o Brasil os compradores etc., ou então nós fazermos alguma coisa. Eu queria que V.Exa. aprofundasse e queria... queria que nós dois pudéssemos encontrar, ainda hoje, se possível, ou a qualquer hora, pra que pudéssemos trabalhar sobre isso. E também, se a Comissão...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - E também tem uma coisa, Sr. Presidente, só para concluir, Sr. Presidente. Esse... Esse trabalho...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pra concluir?

O SR. DEPUTADO IRIS SIMÕES - Esse trabalho aqui, Sr. Presidente, está na Comissão já há algum tempo, desde que os Srs. Deputados estiveram em Uberlândia. Eu acho que todos os Deputados também podem ajudar, porque é um calhamaço. E eu aqui me... Eu fiquei atento às questões do Paraná e acabei encontrando a DROGAMED. E, como eu conhecia o Sr. Camargo aqui, não sabia que ele era o dono da DROGAMED, acabei encontrando a farmácia dele. Mas gostaria que os Srs. Deputados também ajudassem, até porque nos seus Estados eles podiam cruzar as informações, cada um no seu Estado, e aí sim iria facilitar o trabalho da Comissão, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, eu acho que... eu acho que a sugestão tá feita. V.Exa. faz tudo. Se necessário, escute os Deputados que estiveram naquela Comissão e nos traga sugestões concretas sobre isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem o Deputado Arlindo Chinaglia havia pedido a palavra.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Agradeço, Sr. Presidente. Como nós também apresentamos requerimento pra que esse senhor comparecesse, e V.Exa. fez uma proposta concreta e boa de nós trazermos todos aqueles que nós viemos ou já flagramos como sendo compradores daquele laboratório clandestino, nesse caso específico desse Sr. Aparecido, eu creio que merece, pelo fato de ser Presidente da ABRAFARMA, um tratamento especial, ou seja, ele deverá vir como representante. Sabe por quê, Sr. Presidente? Quando nós o questionamos aqui e ele disse que não se lembrava, ou que ele não sabia, que ele... quais eram os produtos, quais eram os laboratórios, evidentemente que ele mentiu. E, pelo fato de ser Presidente de uma entidade que representa drogarias, eu creio que ele deveria ser inquirido isoladamente, o que não exclui, creio, vem no reforço da proposta de V.Exa., porque este, ele tem a obrigação, dado que está metido na tramóia, a contar tudo o que sabe, e aí poderá nos dar inclusive mais pistas. E quanto ao requerimento que apresentamos, eu quero também alterá-lo, na medida que a Assessoria houver por bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Olha aqui, o problema... o assunto é da maior importância, e nós recebemos propostas, notícias, que receberíamos os documentos do BO ontem. Ontem recebemos informações até oficiais, através de um ilustre Deputado desta Comissão, que o documento tinha sido entregue por hora certa e que receberíamos ontem. Eu não recebi nada. Eu vou propor, ouvindo o Sr. Relator antes, de que nós convoquemos o senhor esse para quinta-feira da semana que vem, tá?

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não sei se o Relator concorda. Quinta-feira da semana que vem.

(Não identificado) - Quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quarta-feira?

(Não identificado) - Quinta ou quarta, que é mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quinta é instalação da Comissão. Quarta-feira exatamente... Quarta-feira não há Ordem do Dia, mas as Comissões podem se reunir quarta-feira?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Terça não há Ordem do Dia. Quarta pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A nossa pode se reunir quarta-feira? Então vamos fazer... Eu vou ver se...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dia 15 começa, mas quarta não tem Ordem do Dia. Mas eu acho que podemos sim.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, mais uma proposta, mais uma proposta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então eu submeto em votação o requerimento de V.Exa., Deputado, entendeu?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mais uma proposta, pra que o Sr. Relator e V.Exa., em particular, analisassem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agora pela ordem tem a palavra o Deputado Robson. Mas eu queria votar esse requerimento antes.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Como V.Exa. preferir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Decidir, entendeu, decidir pra gente tomar decisões, entendeu? Acho que esse assunto amadureceu. Nós estamos esperando respostas e tudo o mais, mais esse fato... Então vamos convocar o Sr. Dr. Aparecido...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A proposta que eu iria fazer, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... Camargo Bueno, não é? O nome correto é... Bueno Camargo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... é pra que seja avaliado coletivamente. Nós temos aqui pistas para de fato analisarmos se devemos ir nessas localidades pra apreender algo mais ou não. Eu queria que isso fosse considerado aqui coletivamente, pra que nós tivéssemos uma estratégia de

convocação e, quem sabe, de visitas nos locais que julgar apropriado para a apreensão, ou delegar à Polícia Federal. A gente analisar isso também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá certo. Primeiro vamos fazer esta convocação, e acho que nessa matéria precisamos aprofundar. Pediu a palavra... V.Exa. pediu a palavra?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pedi a palavra. Apenas, Sr. Presidente, para também parabenizar o Deputado Iris pelo cruzamento, pela informação gravíssima. A minha opinião é que devemos fazer a coleta desse depoimento ou diligência, se for o caso. Acho mais importante o depoimento primeiro, porque... Agora, eu sugeria também, Sr. Presidente, que, diante dos cruzamentos existentes, a gente pudesse convocar mais dois ou três, porque nós fazíamos uma boa amostragem...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Mas o argumento dele é que ele é o Presidente da organização (*Inaudível*).

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então concordo.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A proposta de V.Exas. é que ele seja convocado como testemunha do processo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Como depoente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como depoente, como depoente. Sob juramento. Tá certo. Então tá em votação. Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Tem a palavra V.Exa., Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, quando nós apresentamos o relatório de Uberlândia, nós pedimos e V.Exa. informou que já tinha feito, se não me engano, um pedido ao Diretor da Polícia Federal para que colocasse à disposição da Polícia Federal um Delegado de Polícia, a fim de poder nos ajudar inclusive com esses problemas. Então eu peço, primeiro, pra que V.Exa. volte a entrar em contato com o Diretor da Polícia Federal, cobrando se o convite já foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou tomar as providências.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Segundo, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tomarei as providências.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - ... só peço para V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tudo bem. Tenha V.Exa. a palavra, mas isso aí tá resolvido.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Segundo, Sr. Presidente, quando nós trouxemos aqui, nós dissemos a importância de que os Parlamentares olhassem as listas das farmácias receptoras, que são cerca de 600, por enquanto, e eu tô já colhendo mais alguns nomes de farmácias nos Estados, porque eles poderiam nos ajudar no sentido... como fez o Deputado Iris, que foi lá, analisou as farmácias do seu Estado, porque ninguém melhor do que ele pra poder analisar as farmácias dos Estados, assim como os Parlamentares poderiam ter feito. Então eu volto a repetir o apelo, pedindo para que os Parlamentares — essa listagem já está na Comissão desde o dia que nós voltamos da CPI, foi entregue ao Relator e à Comissão —, pra que eles analisem as farmácias dos seus Estados, a fim de podermos analisar isso. Agora, Sr. Presidente, eu acho extremamente importante a convocação, agora... Entre os requerimentos apresentados sobre a diligência de Uberlândia, existe um solicitando do Conselho Federal de Farmácia informações da veracidade dos CRFs dos farmacêuticos que se encontravam nas caixas dos remédios encontrados. Outro requerimento, Sr. Presidente, é o Instituto Nacional de Controle de Qualidade de Saúde, o INCQS, para que ele nos encaminhe, também, a análise desses remédios encontrados, para saber quais são as substâncias que neles se encontram. E outro também à Polícia Federal, pra nos dar esclarecimentos técnicos a respeito de selos, daqueles selos brilhantes que existem, né, aerográficos, pra que eles também fossem analisados, e saber a veracidade desses selos. Então eu acho que esses requerimentos são extremamente importantes, inclusive que se essas informações chegassem antes de nós inclusive ouvirmos esse sujeito. Agora, para concluir, Sr. Presidente, fica claro aqui a má intenção de muitos farmacêuticos no País. E, como disse o Senador Tuma ontem no seu discurso, bom pra BO e "BC", né? Pra quem diz que é "Bom pra Otário" tem que ter uma algema, porque é "Bom pra Canalha". Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não há questão de ordem a decidir. Quanto à Polícia Federal...

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Só a importância desses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Os requerimentos estão todos listados para que a Comissão decida. Não tive oportunidade, ainda, de submeter isso. Ontem nós havíamos parado no requerimento do Deputado Sérgio Novais, a quem peço a fineza da atenção. Quando nós estávamos votando o requerimento do Deputado Sérgio Novais, solicitando seja convocado o diretor comercial do laboratório Janssen-Cilag para prestar esclarecimento sobre a reunião realizada no dia 27. Naquela oportunidade, ontem, eu havia sugerido... eu havia sugerido que, como há um outro requerimento pedindo a convocação dos ex... dos dois depoentes, o Sr. Nilson e o Sr. Ney, que já haviam colocado, nós convocarmos os três. Só que eu queria pedir ao Deputado que essa votação... Nós já estávamos entrando na Ordem do Dia, então vou repetir: queria pedir ao Deputado que nos dissesse quem é o diretor comercial.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu queria até fazer um adendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Porque eu não tenho aqui o diretor comercial, e havia aqui uma informação de que o Sr. Nilson era o diretor comercial...

(Não identificado) - Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -... e deixou de sê-lo. E não sei se não foi o Sr. Ney Pauletto que assumiu. Então eu queria que V.Exa. me desse o nome, porque no requerimento não consta.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu vou pegar na... Me parece que tem no depoimento da Polícia Federal. Num dos depoimentos existe o nome do diretor comercial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então eu aguardo essa informação, e vou deixar sobrestada a votação sobre o requerimento que tem...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Porque ele é o superior.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sobre o assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Sr. Presidente, ele é o superior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá. Então veja V.Exa., por gentileza, pra que eu possa nominá-los, entendeu?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sobre o assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sobre o assunto tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu queria até perguntar ao Deputado Sérgio Novais. Eu tenho um requerimento propondo a convocação do Presidente do Laboratório Janssen-Cilag. Eu sei que o superior imediato ao Dr. Nilson seria o diretor comercial. No entanto eu considero que o importante seria nós ouvirmos o Presidente, o Presidente. Se não houver essa objeção, Sr. Presidente, eu não tenho nada a opor que o requerimento do Deputado Sérgio Novais, que inclusive é anterior ao meu, pudesse ser transformado, para ouvir o Presidente do Laboratório Janssen-Cilag. E aí tem o nome dele constando no meu requerimento. Só sugeriria ao Deputado Sérgio Novais que transformasse, para ouvir o Presidente do Janssen-Cilag.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Deputado Magela, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim. V.Exa. com a palavra, Deputado Sérgio Novais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Porque o Presidente da Janssen-Cilag pode chegar aqui muito bem e dizer: "Não, não tive conhecimento do assunto, não tive nada." E pronto, assunto encerrado. O diretor comercial...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas eu peço então aos Srs. Deputados, Deputado Magela e Deputado Sérgio, que entrem num acordo sobre isso, porque, veja, pra nós podermos então decidir isso. Ou o nome correto ou então passemos para o Presidente. Peço aos dois. Como o requerimento tá sobrestado, eu transfiro a sugestão do Deputado Magela ao Deputado Novais. Passamos ao requerimento 45, da Deputada Vanessa Grazziotin. Solicita...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como? (Pausa.) Com base no que dispõe... Diz o requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin: "Com base no que dispõe o inciso II do art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro que sejam apuradas denúncias feitas pela Associação Farmacêutica de Goiás — AFAGO, entre as quais a venda de medicamentos em camelôs na cidade de Goiânia, um dos quais Rheumazin(?) Forte, sem registro no

Ministério da Saúde do Brasil, com todas as informações em espanhol, bula em quantidade de informações consideravelmente inferior aos medicamentos com os princípios ativos produzidos no Brasil, conforme cópia dos jornais abaixo." Eu submeto a votação, e vou, evidentemente, oficialar a...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Qual é o número?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Do requerimento? É 90.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - *(Fora do microfone. Inaudível)*. Na lista é o *(Inaudível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Na lista é o 45.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - A lista do senhor é antiga. *(Inaudível)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ah! Tem uma lista nova. É 35, folha quarenta. Eu tô com o antigo, entendeu? Então eu submeto a votação, dizendo que eu vou oficialar a Agência de Vigilância Sanitária, entendeu, pra que nos informe as providências adotadas sobre esta matéria e nos remeta o relatório da apuração dessa matéria, pra podermos julgar. Que eu acho que é o que nós podemos fazer. De acordo, Deputada?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeito, agora, se V.Exa. me permite, nobre Presidente, uma sugestão de que o Deputado Luiz Bittencourt, que é de Goiás, que ele, se possível e se concordar, pudesse ver **in loco** o problema. Várias matérias de jornais publicaram denunciando. São verdadeiros enormes camelódromos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu só posso dar... pedir essa incumbência...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Com o aceite dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... ao Deputado se ele aceitar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Se ele aceitar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ele não se encontra neste instante, no momento.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Exato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Digamos assim, peço sua ajuda pra quando ele voltar.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Considero a sugestão de V.Exa. aprovada, o requerimento e a sugestão. Obrigado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Aprovado. Deixa eu anotar isso aqui. Aprovado Agência de Vigilância Sanitária no expediente. No antigo 53, Deputado Arnaldo Faria de Sá. (Pausa.) Não está presente o Deputado.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, eu subscrevo o requerimento do Deputado Arnaldo Faria de Sá, para que possa ser apreciado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Uma lista nova.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Você me dê a lista nova e me diga na lista nova o número. V.Exa. tá aí é pra isso. Me diga o número. Não, eu tô no 53 na lista velha. Me dê o número da lista nova, então. Quarenta e três. É que essa Secretaria, vez em quando... Por que que tem que modificar a ordem?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Foram aprovados quantos?

(Não identificado) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como manter a lista? Vamos adicionar na lista, pra economia processual, pra economizar papel da Câmara, que é dinheiro do povo. Fiquemos com a velha e adicionemos, entendeu, anotando os que já foram aprovados e as providências. Dá um pouquinho mais de trabalho pra vocês, mas não faz essa confusão. Quarenta e três.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Ao requerimento do Deputado Arnaldo Faria de Sá, para que possamos aprová-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou aceitar a sua sugestão. Em votação o 43, convocando... convidando para depor o Deputado... o ex-Deputado José Elias Murad. E ainda bem que é o Deputado Arnaldo Faria de Sá e V.Exa, senão diriam que era o Marchezan trazendo um companheiro do PSDB pra depor, entendeu? Então, em votação...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu registro com muito prazer, entendeu?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Uma pessoa que merece de nós o maior respeito e consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está aprovado o requerimento do Deputado Arnaldo Faria de Sá, com a aprovação de todos os Srs. Deputados. Número 55, Deputado Robson Tuma, solicitando à Federação Nacional de Seguros — FENASEG relação dos seguros pagos e os pedidos de ressarcimento de seguros de cargas de medicamentos ou produtos controlados. Ora, esse requerimento devia ter sido já votado ontem. O número novo qual é? Número 45, entendeu? Quarenta e cinco. Está na página... na página 168. É o pedido de informações. Em votação. Aprovado. Isso aqui devia estar na outra lista. Número 58, Deputado Alceu Collares, que propõe... 48, que propõe uma representação da Comissão para investigar os laboratórios **in loco**. O requerimento... Vou lá na 179 pra ler o requerimento. "Requeiro, nos termos regimentais, no 117 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o que se segue: Considerando que a CPI já ouviu depoimento do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, do Ministro da Saúde, José Serra, e realizou diversas diligências públicas com dirigentes de vários setores do Governo relacionados com a saúde pública e medicamentos; considerando que os depoimentos do Sr. Ney Pauletto, gerente de promoção do laboratório Janssen, e do Sr. Ney... Nilson Ribeiro da Silva, ex-funcionário do laboratório Janssen, e ata redigida pelo primeiro e legitimada pelo segundo, comprovam que essas reuniões vêm sendo feitas há quatro anos, caracterizando cartelização dos medicamentos produzidos ou importados pelos vinte laboratórios que integram o processo administrativo indiciado pela Secretaria de Direito Econômico; considerando que os depoimentos dados pelos responsáveis pela Secretaria de Direito Econômico — SDE e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária demonstram a falta de estrutura de recursos materiais e humanos, capazes de permitir que cada um desses setores exerçam atividades em defesa do consumidor espoliado pelos preços abusivos. Inclusive, comprovadamente, não há no Governo, nessa área, a maior, a menor articulação, além de maneira independente que demonstram a ausência de organização mínima. Considerando que a Comissão já possui todos os dados capazes de permitir uma profunda investigação em todos eles, acompanhada pelo Ministério Público, Polícia Federal e

Receita Federal, integrantes da Secretaria de Direito Econômico, pelo Conselho de Defesa Econômica — CADE, requeiro a V.Exa. e submeto à Comissão Parlamentar de Inquérito dos Medicamentos a investigação plena das denúncias acima, visitando os respectivos, para apurar, na forma da lei, os fatos acima referidos. Requeiro também que a Comissão decida, se esta investigação, em cada um dos laboratórios acusados, seja feita na forma da regimental, individual ou em grupos designados para esse fim. Submeto à discussão esse requerimento, que tem o parecer favorável do Sr. Deputado, do Sr. Relator. Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu tenho o parecer favorável. Agora, eu acho que o eminente autor deveria objetivar, de maneira mais clara, oferecer à Mesa um cronograma da execução dessa sua proposta. Eu, por exemplo, acho que a ida ao laboratório — são vários; 21 laboratórios — pode até dispersar, de certa maneira, a ação de investigação, na medida em que eles são distantes, na medida...poderia, talvez, se fazer, ou na Assembléia Legislativa, ou na Câmara Municipal da cidade onde estivessem esses laboratórios, uma convocação dos prepostos e ouvi-los coletivamente. E, se dessa colheita de audiências, houvesse a necessidade de uma diligência *in loco*, claro que ela poderia, já estava...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Concordo inteiramente com V.Exa.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Porque acho que daria objetividade.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - É. A forma, a forma de fazer o Presidente e o Relator que podem fazer.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Uma ida a São Paulo permitia colher cinco, seis, sete ou mais até...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Concordo inteiramente, nobre Relator.

(Apartes paralelos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Veja, veja...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Agora, eu gostaria, eu gostaria de argumentar...após a ida da representação da Comissão Parlamentar de Inquérito de Medicamentos aos laboratórios oficiais, aos laboratórios oficiais...eu peço que, talvez, pudesse ser dispensada a ida, porque esses laboratórios merecem a plena confiança nossa e era para saber o preço que eles produzem os produtos no campo dos medicamentos. Mas a ida da Comissão foi indiscutível de grande repercussão

nacional, para criar uma consciência em defesa do consumidor brasileiro e combater a multinacional. O objetivo deste é que a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou, eu vou, eu vou ouvir V.Exa. — desculpe, eu fazia um comentário —, já que V.Exa. pedia que nós nos entendêssemos, eu atendi o seu pregão. Não foi desatenção a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Como eu sei qual é a capacidade do ser humano de entender o que está se falando, quando V.Exa. estava falando, eu fiquei em silêncio...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu acho, Sr. Presidente...permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Está com a palavra o Deputado Alceu. Se ele permite...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Acho que o Deputado Alceu deu o caminho. A forma de fazer fica delegada à Mesa.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - À Mesa.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - E a gente, então, verá isso com... conversaremos posteriormente, né?

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Eu vou trazer isso por escrito, sugestões. E V.Exa., como Relator...as propostas das Assembléias ou das Câmaras de Vereadores é absolutamente correta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Porque eu não tenho... Eu queria era dizer o seguinte: eu não tenho por que não...trazermos esses Deputados. Eu tenho, eu tenho uma dificuldade em...a Comissão aqui, na Câmara, ela fica...ontem, por exemplo, nós trouxemos aqui assunto importantíssimo dos laboratórios públicos, mas certos segmentos da imprensa pensaram, ao contrário de V.Exa. e eu, de que nós tínhamos regionalizado um pouco, quando, na verdade, nós não regionalizamos quando fomos em São Paulo nem quando fomos no Rio. Mas se nós formos ao Rio Grande ou a Florianópolis, para ouvir um laboratório local, quer dizer, seguramente nós podemos trazê-los aqui. Agora, esta investigação dentro dos laboratórios é que eu queria mais dados, pra que nós não frustrássemos de ir lá e recebermos as informações que eles querem...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Nobre Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Se V.Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Primeiro, a Comissão não vai dizer como é que vai fazer, porque senão eles vão se preparar, pra esconder o que é irregular. Acho que aí tem um momento que tecnicamente nós devemos ter cuidado da forma como fazer para alcançar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá certo.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Segundo, eu tenho uma idéia, parece que um pouco maior, mais abrangente: é de que nós não vamos nos cingir tão-somente a tentar denunciar os receptadores, os que produzem o remédio falsificado, os que fazem remessa irregular de...de recursos financeiros, capital. Não. Nós estamos...sobre as nossas costas com a obrigatoriedade de dar ao País uma grande e abrangente legislação capaz de, daqui para a frente, não permitir mais que o consumidor brasileiro seja submetido a esse processo de espoliação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Estou inteiramente de acordo.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES -...a começar pela alteração do Ministério da Saúde e daqueles organismos que vieram aqui. Coitados dos Paulos de Tarso! Confessar que têm um orçamento de 97 milhões? São 97 mil. Isto é um escândalo nacional. Isto é sinal de que no Governo tem setores que não querem fiscalizar isso. Agora, nós da Comissão queremos. E queremos dar ao País uma grande legislação. Aliás, a Seguridade Social já pediu à consultoria legislativa que fosse elaborando, quem sabe, um conjunto de sugestões, para que V.Exa., o Relator e nós tenhamos a oportunidade histórica de dar ao País uma boa legislação. E o processo começa, nobre Deputado, é com a conscientização da sociedade sobre a importância da CPI. Daí a razão de não devermos ficar confinados em Brasília, e sair aqui pra ir a São Paulo, ir ao Norte, ao Nordeste. Qual foi a hora em que a CPI do Narcotráfico teve mais visibilidade popular? Foi quando ela saiu aqui do Congresso. Então, o argumento de V.Exa., eu, embora tenha por ele um grande respeito, eu queria contra-argumentar, pedindo que a dimensão que eu estou dando à CPI é muito maior do que prender falsificador de remédio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito bem. Primeiro, não disse isso. Segundo, concordo. V.Exa. não contraditou nada, porque tenho

expressado publicamente a necessidade desta CPI surgir sugestões de leis que possam suprir as lacunas...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não e foram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...não tenham dúvida. Agora, vamos aprovar esse requerimento. E atendendo à sugestão do Sr. Relator, ele elaborará, juntamente com V.Exa., o roteiro, o roteiro de trabalho para sua execução.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Em votação...

(Apartes paralelos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sobre o requerimento? Não. Então, em votação. (Pausa.) Aprovado.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, pela ordem.

(Não identificado) - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, tem o Deputado Fernando Lupo a palavra. Fernando Zuppo, perdão. Desculpe.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, eu solicito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Fernando Zuppo, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - ... eu solicito a V.Exa., tão logo seja possível, o senhor coloque em votação o Requerimento de nº 23. Que quando isto aconteceu eu não estava presente e foi deixado pra tão logo eu chegasse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É verdade.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Registro com alegria a presença de V.Exa. e logo votaremos o 23. O Requerimento 59, da Deputada Vanessa Grazziotin...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, permite, pela ordem?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pois não. Pela ordem o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pediria a V.Exa., se concordasse, que apreciássemos o Item 52, porque para esta Relatoria é importantíssima essa matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O 52 antes. Cinquenta e dois? Não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O meu item aqui é 52.

(Apartes paralelos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É o 61, Deputado Darcísio...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Já tava no 56. Por isso, eu...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas...um pouquinho. Deputado, de que trata, Deputado, do requerimento?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Bem, eu não sei a ordem aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas de que trata o...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Propõe que seja criada uma Sub-Relatoria, para tratar da distribuição de medicamentos, a circulação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A esse requerimento ainda não chegamos, não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Agora, o meu número aqui é 52.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, mas...não. Deixa eu explicar a V.Exa. Deixa eu explicar. Nós tamos seguindo uma ordem do...do esquema velho, onde eu posso colher e me abeberar dos seus, da sua opinião. E como ficou decidido, nobre Relator, nós estamos submetendo todos os requerimentos que tenham parecer favorável. Então, essa é uma ordem nova e chegaremos lá. Deputada Vanessa Grazziotin, propondo que seja tomado o depoimento do Sr. Kurt Polistzer, Polistzer, vice-Presidente do Conselho da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina — ABIFINA, e do Sr. Nelson Brasil, vice-Presidente da ABIFINA. Olha, eu quero ponderar o seguinte: eu queria justificar...que justificasse esse problema, porque eu tenho ouvido muita reclamação dos Srs. Deputados de que nós tamos ouvindo muita gente etc, etc. E vêm os requerimentos. E este tem parecer favorável. Quer dizer, eu dou a palavra ao Relator sobre isso, entendeu? Ou à Relatora. Eu vou submeter à votação. Mas qual é a razão, para que essas pessoas deponham?

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu dei parecer favorável porque há essa ansiedade da investigação. E CPI aplica-se, sempre, aquele ditado: "A carruagem se arruma na estrada". Se a gente quiser arrumar antes, é meio complicado. Então, é natural...tem muito depoimento, tem pouca investigação. Nós vimos aqui uma investigação, agora, de valia, e esse depoimento requerido pela Deputada Vanessa Grazziotin eu acho da maior importância, porque abrange a indústria farmoquímica, sem a qual nós temos uma dependência de 83% de importação de matéria-prima. Genérico pode se tornar uma falácia, se nós não tivermos uma linha, por exemplo, especial de Governo, do BNDES, como tem para a indústria têxtil, pra calçados, para uma indústria farmoquímica nacional e, quem sabe, estímulos a fusões de unidades industriais farmoquímicas com unidades de produção de medicamentos nacionais, já que se fala tanto em fusão. Apenas eu queria...Ontem eu fui procurado pelo Deputado Márcio Matos — não é Deputado? —, e que tem uma sugestão de um depoimento que eu acho que se ajusta a esta Mesa, que iria colher, que seria mais um nome e que se somaria aos dois, fazendo três depoimentos, colhendo três depoimentos sobre esta matéria de química fina, que eu acho da maior importância. Portanto, meu parecer é favorável, acrescentando a indicação de um especialista que o Deputado Márcio Matos ontem me apresentou, por um **e-mail** que recebeu, que eu acho da maior importância também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Obrigada, Sr. Presidente, entendendo a compreensão e o entendimento que têm os membros da CPI de que não façamos muitas audiências públicas, mas eu entendo que muitas das audiências públicas aqui foi exatamente ter sido o que nos tem permitido encaminhar nas investigações. Então, eu acho, Sr. Presidente, que a vinda do setor da química fina, como confirma o Relator, é de fundamental importância...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá bem.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ... até pro processo investigativo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tá certo. Vamos dar... rapidez. Aprovado o requerimento. Agora, eu não tenho a sugestão do outro nome e, então, eu acho que nós vamos aprovar este, entendeu? (Pausa.) Aprovado o requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin. Item 61, do Deputado Darcísio Perondi, na página 183 do requerimento, propondo depor nesta Comissão — faço a

mesma observação — convocado para depor nesta Comissão de Inquérito o Sr. Presidente do Sindicato Nacional das Indústrias Farmacêuticas — SINDIFARMA —, de modo a expor a posição do sindicato em relação à política nacional de medicamentos, medicamentos genéricos, bem como sobre o aumento abusivo de preços. Nós já ouvimos a ABIFARMA, que é a Associação das Farmácias; agora, o sindicato. Não está...está presente o autor, está presente o autor, Deputado Perondi. Esse requerimento tem parecer favorável do Sr. Relator. Se ninguém tiver observação a fazer, vou botar em votação, feita a mesma observação. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Presidente, Sr. Presidente, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, pela ordem.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria passar o nome do gerente comercial da Janssen-Cilag.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Faça por escrito, por favor, mas me pode declinar o nome. Como é o nome?

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Rochini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É o gerente...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - ...comercial da Janssen-Cilag. Rubens Ro-chi-ni. *(É soletrado o nome)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual era o requerimento de V.Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual era o requerimento de V.Exa.? É o 39...Então, eu coloco em votação o requerimento, da página 84, do Sr. Deputado Sérgio Novais, que acaba de completar a informação que havia prometido...em que propõe a convocação do Diretor Comercial do Laboratório Janssen-Cilag, Sr. Rubens Rochini, e ao mesmo tempo são convocados, juntamente com ele, o Sr. Ney Pauletto e Nilson Ribeiro, entendeu? Em votação. (Pausa.) Aprovado. Vou submeter à votação o Requerimento nº 23, do nobre Deputado Fernando Zuppo. É 23 ou não?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É o 23 do novo. (Intervenção fora do microfone.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Tem duas pautas, Presidente. Lê o enunciado, que fica mais fácil.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou ler, eu vou... Deixa eu agora encontrar, que o Deputado...o requerimento tá onde? Fernando Zuppo, entendeu? Então, deve ser um aí mais à frente. (Pausa.) Deputado, é o número 31, na página 63. (Pausa.) É o que trata da linha direta?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Além da linha direta, é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Sim, linha direta e outras coisas. E este?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - É, é uma mobilização nacional.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Nelson Marchezan) - É da linha direta e outras coisas. O requerimento está na página 63.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Isso.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Nelson Marchezan) - Na página 63. E é um extenso requerimento. E eu vou ler para os senhores porque eu acho que nós precisamos...entendeu? Na página 63.

(Apartes paralelos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ora, Deputado, a evidência está contra V.Exa.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Presidente, tem uma...a primeira parte desse...

O SR. PRESIDENTE(Deputado Nelson Marchezan) - Hoje, dia 27 de janeiro, no programa **Bom Dia**, da **TV Globo**, o senhor estava, após ter...tá, tá, tá. Diante dessa situação, apresentamos este requerimento com o objetivo da CPI tomar as seguintes providências práticas, que, certamente, implementadas, abrirão um canal de comunicação direta entre o Poder Legislativo e o consumidor: I - abertura de linha direta 0800, disque-denúncia CPI dos Medicamentos, para que os consumidores possam comunicar a prática de preços abusivos, falsificação de remédios, falta de equipamentos hospitalares, com ampla divulgação pela mídia, inclusive **TV Câmara**; II - ofício desta Comissão para todas as Assembléias Legislativas dos 27 Estados, recomendando a formação de CPI dos Medicamentos nos moldes desta; III - ofício a todas as Câmaras Municipais, recomendando a formação de Comissões Especiais de Vereadores, encarregadas de receber denúncias de Municípios e encaminhá-las a esta CPI e também às CPIs estaduais que vierem a ser formadas; IV - contato imediato com o Ministério Público, buscando o seu apoio no combate não só aos preços abusivos, mas também à

falsificação e roubo de cargas de medicamentos; V - intensificar as relações da CPI com as associações que defendam os direitos dos consumidores e com os seus órgãos de proteção — PROCON. Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros da CPI, acredito que assim agindo estaremos montando uma estratégia de mobilização da opinião pública, a nível de Brasil, no combate aos preços abusivos dos medicamentos praticados contra o povo brasileiro, o que certamente auxiliará o Poder Executivo a tomar as providências imediatas, para dar fim a estes abusos e também mobilizará toda a população junto à classe médica e às farmácias, para a necessária implantação dos genéricos. Pede deferimento Fernando Zuppo, Deputado Federal por São Paulo. Creio que nós devemos votar item por item. O número da página é 63, do volume...se encontra o inteiro teor do requerimento que acabo de ler. (Pausa.)

(Apartes paralelos)

O SR. PRESIDENTE(Deputado Nelson Marchezan) - Acho que nós devemos, porque são, na verdade, são diversos requerimentos. São muitas providências. O primeiro item, por exemplo, quero consultar. Nós já temos recebendo, tenho um disque...a Câmara recebe, mas podemos oficializar ao Diretor-Geral da Câmara, no sentido de ampliar isso. Não vejo nenhum problema, ainda que possa ser um reforço. Nós já temos recebido, a Câmara tem os disque-denúncia, mas nós podemos pedir que faça um da CPI dos Medicamentos. Então, eu submeto em votação. Em votação o Item nº 1. Se ninguém tiver nada contra, vou considerá-lo aprovado. (Pausa.) O Item 2.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, continua no mesmo requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Tá O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Item II do mesmo requerimento: ofício desta Comissão para todas as Assembléias dos 27 Estados, recomendando a formação de CPI dos medicamentos, nos moldes desta.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu queria propor a V.Exa. e ao Deputado Fernando Zuppo, porque nós adotamos como critério votar nesta sessão aquilo que não fosse polêmico e deixar para a semana que vem os requerimentos polêmicos, em menor número. Os Itens II e III, eu confesso que

compreendo a proposta do Deputado Fernando Zuppo, mas eu particularmente gostaria de refletir um pouco mais sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. pede o adiamento da votação.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E gostaria que os dois Itens, o II e o III, fossem adiados pra semana que vem, mesmo pedindo desculpas ao Deputado Fernando Zuppo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra, Deputado Fernando Zuppo.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Sr. Presidente, eu respeito a opinião do Deputado Geraldo Magela, aliás, até ele me avisou que faria isso, mas eu acho que há necessidade de nós mobilizarmos todo o Poder Legislativo do Brasil todo no combate a esses preços abusivos. Eu sinto, pelo menos pelos contatos que tenho mantido com a Assembléia Legislativa de São Paulo, com as Câmaras Municipais de dezenas de Municípios do interior do Estado, que eles estão aguardando uma manifestação nossa. Eles querem entrar nessa briga junto conosco. Então, eu acho que é hora de nós mobilizarmos o Poder Legislativo do Brasil, dos cinco ou seis mil Municípios, das 27 Assembléias Legislativas. Acho que nós devemos partir para o Poder Judiciário, trazer os órgãos de combate a preços, os PROCONs do Brasil todo, porque essa luta é muito difícil e somente nós aqui não daremos conta do recado. Precisamos de reforço, Presidente, daí o objetivo da mobilização geral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu agradeço a iniciativa de V.Exa., mas é regimental que o Deputado peça deferimento. Eu vou deferir os Itens II e III, para que votemos numa próxima reunião, imediata, sem nenhum objetivo de obstruir...mas que possamos, entendeu, examinar e refletir como pede o Deputado Magela. E vou botar em votação o Item IV... que diz o seguinte: contatos imediatos com o Ministério Público, buscando apoio no combate não só aos preços abusivos, mas também à falsificação e roubo de cargas e medicamentos. Eu acho que caberia um expediente desta Comissão ao Ministério Público Federal, dizendo dos trabalhos desta Comissão e pedindo pra que eles, na medida que possível, nos fornecessem informações e colaborassem com esta CPI. Em votação.

(Apartes paralelos.)

O SR. PRESIDENTE(Deputado Nelson Marchezan) - Colaborassem, né, pedindo a colaboração no desempenho, entendeu? Segundo expressão do Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Nobre Presidente, para um esclarecimento: a Comissão já tem essa assessoria altamente especializada, acompanhando desde os primeiros depoimentos, tanto do Ministério Público como também da Receita Federal e da Polícia Federal. A Comissão tem competência pra pedir que presentes estejam os seus representantes, para nos ajudarem na alta especialização que cada um tem nos respectivos setores. Eu formulo a pergunta: se não fizemos, dá pra fazer ainda agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Aceito a sugestão de V.Exa. Peço à Secretaria que providencie, que me lembre do assunto, entendeu, pra providências. O Item III: intensificar as relações da CPI com as associações que defendem os direitos dos consumidores com seus órgãos de proteção — PROCONs. Nós já ouvimos aqui o PROCON de São Paulo. Eles são todos estaduais. E mais ou menos na cúpula deles funciona a Secretaria de Direito Econômico, em Brasília. Eu não sei se a gente poderia talvez oficializar os PROCONs estaduais, porque esse de São Paulo já tá...e o IDEC também já esteve conosco. Vou colocar em votação. Vou propor que a CPI oficialize a esses PROCONs, dizendo do trabalho e pedindo também a colaboração dos ditos cujos. Não é verdade? É isso?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Num trabalho junto às Sub-Relatorias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, dois itens adiados, três aprovados desse requerimento. Eu quero o novo, pra saber os novos requerimentos que tem.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Eu posso falar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V. Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Pedir que V.Exa. colocasse em discussão o Requerimento 52, por gentileza.

(Apartes paralelos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou ler o requerimento. O Deputado Perondi requer seja criada uma Sub-Relatoria, para tratar da distribuição de medicamentos...distribuição, bem como a articulação entre os órgãos de defesa do consumidor e as entidades...portadores de doenças continuadas.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Posso defender.

O SR. PRESIDENTE(Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra, pra defender. Sabe do apreço que eu tenho por V.Exa.

O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI - Primeiro, eu tenho absoluta convicção, acho que toda Mesa tem, que uma boca da ganância está na distribuição, e nós temos que focalizar, focalizar a distribuição. Empresários nacionais são altamente vorazes. E o complemento dessa proposta vai na linha do Zuppo. Nós termos alguém de dentro — um, dois, três Deputados aqui —, que trabalhem a articulação. Nós temos, agora, acho que especializar mais a nossa atividade, para que possamos render mais do que essa Comissão está rendendo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Em votação... V.Exa. tem a palavra, Deputado Perondi. Deputado Caropreso com a palavra.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, eu queria complementar o raciocínio do Darcísio Perondi. Eu vou entrar agora com um requerimento, solicitando a presença dos representantes legais das três principais distribuidoras de medicamento do País e também as principais três redes de drogaria do País, pra que nós possamos analisar essa situação com mais veemência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Aguardo o requerimento de V.Exa. Em votação...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero, Sr. Presidente, eu quero um esclarecimento. Eu não tô compreendendo...o requerimento está propondo, então, a criação de duas Sub-Relatorias. Eu estou entendendo que é uma Sub-Relatoria para tratar da distribuição de medicamentos, que eu acho que medicamentos com a articulação entre órgãos da defesa do consumidor e das entidades de portadores de doenças continuadas são coisas absolutamente distintas. Então, eu queria um esclarecimento: se é criar uma Sub-Relatoria, pra tratar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, a proposta é criar só uma...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Pra tratar de tudo isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Dos dois assuntos.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Eu quero dizer que eu sou a favor de criar uma Sub-Relatoria, pra tratar da questão de distribuição, que não tem conexão com os outros assuntos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, vamos votar. Só de distribuição?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - É porque não tem...(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom...como é que é regimentalmente? Tem uma proposta...tem uma emenda neste requerimento.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - A minha sugestão, Sr. Presidente, se o autor aceitar, seria o seguinte: criar a Sub-Relatoria de distribuição e designar uma outra ação...Parlamentares, para fazer essa articulação, que, na verdade, não seria Sub-Relatoria, seria...eu diria uma designação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, vamos ficar claro com o que fica: fica criada a Sub-Relatoria da Distribuição de Medicamentos. É isso que nós estamos criando. De acordo, Deputado Perondi? Então, se o Deputado autor concorda, eu vou submeter à votação. (Pausa.) Aprovado, então, o requerimento, com a emenda, excluindo a articulação, órgão de defesa do consumidor, entidades de portadores de doença, ficando tão-somente a distribuição de medicamentos. Em votação. (Pausa.) Aprovado. Não há mais requerimentos com parecer favorável do Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Tem dois do Deputado José Linhares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Cinquenta...?

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Qual é, nobre Secretário? Era 50 ontem. (Pausa.) Cinquenta. Não, era o nº 50. É o que tem a nota de compra comprovando que houve excesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Veja, Deputado...Deputado. Qual é o número?

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Ele teve que sair porque tinha uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - No antigo, 50; 40, nesta. O requerimento é do Deputado José Linhares e do Deputado Alceu Collares e solicita uma análise...devidamente analisados: 1)... Este requerimento, eu devo dizer o seguinte: ele está fora porque nós havíamos decido, Deputado Alceu Collares, que nós só votaríamos ontem — e proroguei hoje, e nós já tamos atrasando um pouco, pode daqui a pouco começar a Ordem do Dia — os requerimentos que tivessem parecer favorável do Relator. Este, o Relator não emitiu parecer.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Emitiu, de pé, agora, ainda há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, veja, Sr. Deputado...eu não tô muito preocupado se ele emitiu parecer de pé ou sentado. (Risos.) Isso não vem ao caso.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Acho que, se V.Exa. consultasse o Relator, ele responderia que já emitiu o parecer, que tá de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Porque o problema é que nós quebraríamos a regra, e eu não tenho mais nada. É que eu tô também querendo é passar, para ouvir o depoente. Tem a palavra o Relator, requerida a oitiva do Sr. Relator pelo Sr. Deputado autor.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, realmente eu não emiti, porque foi um lapso talvez, mas acho de todo procedente o requerimento e me manifesto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Bom, eu vou submeter os itens aos Srs. Deputados. Analisadas as notas fiscais e variação dos preços constatados pela Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Sobral, devidamente autenticados em cartório, que encontram-se anexos; 2) solicitamos que sejam feitas investigações dos laboratórios em apreço e comparados os preços lançados (Ininteligível) com os preços apresentados pelo Dr. Cláudio Monteiro Considera, Secretário de Acompanhamento Econômico; 3) sejam, de imediato, tomadas as providências cabíveis, para que esta Comissão Parlamentar de Inquérito chegue objetivamente às suas finalidades. Em anexo também consta correspondência do Sr. José Garcia de Sousa, encarregado das compras da Irmandade da Santa Casa

de Misericórdia de Sobral. Enfatizamos que todas as compras foram efetuadas por intermédio do grupo de compras dos (*Ininteligível.*), que compra para cerca de trezentas Santas Casas e que os descontos chegam a até 60%. Espero que não estejam reclamando do desconto, mas, sim, da irregularidade que possa ter.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Não, elas querem mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito bem, querem mais, né, querem mais. Pois bem, o requerimento está em votação. Os Srs. Deputados que concordarem permaneçam...Determino à Secretaria que tome todas as providências. No primeiro caso...

(Apartes paralelos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Sr. Relator vai oferecer à Presidência as formas operacionais...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Vamos fazer junto, fazer junto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Passo a aguardar as ditas formas operacionais, para implementar as providências necessárias aprovadas por esta Comissão. Concluída a votação, passamos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, pela ordem.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, Deputada Vanessa, entendeu? Não há nenhuma preferência, mas ela pediu antes, Deputado Arnaldo.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Rapidamente, Sr. Presidente. Eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa. e ao Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Embora, se houvesse, não seria condenado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - ...e ao Relator, particularmente, para que...se pudéssemos votar ainda nesta sessão o requerimento que está na página 193.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Do novo ou do velho?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - É do novo, é do novo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Cento e noventa e três?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Explico por que, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, nós já concluímos! Eu pediria, Srs. Deputados, que nós tivéssemos a compreensão para as decisões...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Que nós tamos abrindo exceções e tamos... compreende?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Se V.Exa. me permitir explicar o porquê da minha solicitação, que façamos uma exceção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra, e somos todos ouvidos, com a rapidez que se faz necessário. Obrigado.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Na página 193, eu solicito que a CPI, caso aprove, encaminhe à Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça a solicitação pra que aqueles processos abertos por pedido e solicitação desta CPI, em relação a diversos laboratórios que praticaram aumento de preços abusivos nos últimos anos, seja levado a cabo não somente pela Secretaria do Direito Econômico, mas também pelo...Departamento de Direito Econômico, mas também pelo Departamento de Proteção de Defesa ao Consumidor. Por quê? Foi o próprio Dr. Paulo de Tarso, que disse o seguinte: quando o processo é conduzido pelo Departamento de Direito Econômico, as dificuldades são muitas, porque a prova cabe àquele que solicita. Porque a partir de agora ele faria pelo Departamento de Defesa do Consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu vou pedir um esclarecimento a V.Exa. Esse departamento é do Ministério da Justiça?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Do mesmo Ministério da Justiça, da Secretaria de Direito Econômico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas é um órgão subordinado à Secretaria?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - O Dr. Paulo de Tarso, quando aqui esteve, explicou...a Secretaria tem dois Departamentos: de Defesa da Ordem Econômica e de Defesa do Consumidor. Segundo ele, os processos não andam porque são abertos pelo Departamento do Direito Econômico. E é algo muito complicado. E que, se fossem abertos os processos pelo Departamento de Defesa do Consumidor, agilizaria o processo. E o senhor repara: no **Diário Oficial**, que eles publicaram — e que V.Exa. leu pra todos nós no dia seguinte à vinda do

Dr. Paulo de Tarso —, está colocado claramente...escrito que os processos serão conduzidos pelo Departamento da Ordem Econômica. E a sugestão que eu faço é que seja conduzido também pelo Departamento de Defesa do Consumidor, porque o preço abusivo atinge diretamente o consumidor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Sr. Relator não tem nada a opor ao requerimento, e eu vou submetê-lo à votação. O silêncio dos Srs. Deputados significa o consentimento e aprovação. Tá aprovado. Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É só dizer... no **Estado** de hoje tem uma comunicação que o CONAR suspendeu qualquer veiculação do redutor de apetite Reductil, produzido pela Knool Basf & Pharma, que era objeto de um requerimento da Deputada Vanessa Grazziotin, que foi postergada a votação. Agora, o requerimento acaba ficando prejudicado, porque o CONAR já tomou as providências. O **Estado** de hoje, página A-12.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, gostaria que V.Exa. informasse se todos os requerimentos que tiveram parecer favorável do Relator já foram votados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Foram votados.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Gostaria também de saber se nós podemos marcar pra quarta-feira que vem...qual o horário que V.Exa. vai marcar, para que nós possamos começar a votar os polêmicos e aí já discutir com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Quarta-feira que vem nós já...marcamos uma audiência, né?

(Apartes paralelos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado, não posso marcar quarta-feira, porque nós decidimos quarta-feira já uma convocação. Então, na quarta-feira nós já temos pauta. (Pausa.) Consulto a Secretaria...qual foi a decisão adotada? Ou tava todo mundo desatento? Um, eu justifico, mas três ou quatro, não. O que foi? É Presidente do quê? Não, na quarta-feira foi convocado o Sr. Aparício Bueno Camargo. Eu tenho que assessorar os assessores. É possível isso? É possível, né?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Só peço que tomem.. não esqueçam de tomar as providências. Quero assinar essa convocação ainda

antes do meio-dia. Peço que tomem providências, para que não esqueçamos de fazê-lo.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem mais uma vez a palavra pela ordem. Quarta-feira tá tomada...a Ordem do Dia.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu queria consultar V.Exa. e o Relator, que eu tenho um requerimento que está na nova numeração — Valdivino pode informar V.Exa. qual a numeração antiga —, propondo convocar o Dr. Gonzalo Vecina Neto, Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para depor sobre as formas de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Qual é o requerimento? Número...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - À página 187.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Cento e oitenta e sete, tá.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Do nosso número novo aqui, é o número 55. É que este requerimento tem a função de ouvir o Dr. Vecina exatamente sobre as declarações do Dr. Aparecido sobre a questão de liberação de medicamentos que são considerados por ele, Dr. Aparecido, como "bons pra otários e porcarias". Já que é...e ele acusa que estes medicamentos foram liberados...pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Então, eu consultaria V.Exa. e o Relator, se não seria conveniente nós fazermos, na mesma sessão, na quarta-feira, a audiência do Dr. Aparecido junto com o Dr. Vecina, onde nós poderíamos tratar de forma muito clara sobre essa questão dos "BOs" e das "porcarias".

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não tenho nenhuma objeção, nem o Relator tem...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ...porque eu acho que nós...que nós não vamos é poder fazer uma acareação, que não...não cabe, no caso específico, entendeu? V.Exa. queria falar sobre o assunto?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Pra contraditar, exatamente. Eu acho que não tem nada a ver uma coisa com a outra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a palavra o Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, essa proposta do Deputado Geraldo Magela, ela é oportuna, mas eu entendo que, neste primeiro momento, a oitiva desse...desse senhor doutor, que tá programada pra quarta-feira, ela vem para nós, para a Comissão, consubstanciar inclusive elementos diferentes daquilo que o próprio Deputado está solicitando. Então, eu acho que poderíamos fazermos duas audiências: uma, ouvir esse cidadão; e depois nós ouviríamos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vamos fazer quarta-feira que vem, às 10h. Eu quero...eu quero avisar aos Srs. Deputados que... que eu posso convocar gente pra quarta-feira, mas eu quero ter o compromisso dos Deputados estar presente. Porque quarta-feira...a semana que vem, seguramente, será uma semana muito furada.

(Apartes paralelos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, terça-feira é a instalação da Sessão Legislativa, solene e tal etc. Segunda, normalmente não tem Deputado aqui. Terça é uma sessão solene, que não conta. Quarta, não tem Ordem do Dia. Então, veja...

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, segundo consta, segundo consta, o Presidente estaria convocando — eu gostaria até que V.Exa. confirmasse —, isso foi informado na reunião de Líderes...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Ele falou no plenário ontem. Falou no plenário ontem.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA -...que ele vai convocar, para quarta-feira, após a sessão ordinária, uma extraordinária, com pauta...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Com pauta, deliberativa.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - E...pauta para quinta-feira. De forma, que a semana que vem vai ser normal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, a minha observação não tem mais razão de ser. Poderíamos fazer, então, se concordarem, ouvirmos pela manhã, 10h, o senhor das farmácias e às 14h o Dr. Vecina, então.

(Não identificado) - Perfeito, perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Certo? De acordo?

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Então, tá aprovado esse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Com a concordância de todos os Srs. Deputados, tá aprovado também...Tem o Relator a palavra.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Terminada a pauta, eu queria só dar um esclarecimento. Permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, terminada a pauta, não aceito mais nenhum requerimento, pra furar a pauta. Então, com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, eu...depois do Relator, quero uma questão de ordem...

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria apenas de, num resumo aqui, dar um ânimo maior à Comissão na área da investigação porque, às vezes, eu sinto que alguém ou muitos dão um tiro no próprio pé, na medida em que começam dentro da boa-fé e do desejo da investigação, que é de um espectro muito amplo, a dizer ou admitir que a CPI não está atuando na área de investigação. Gostaria de lembrar cinco itens aqui, todos eles em curso, decididos de ontem pra hoje. Primeiro: o crime, segundo denúncia recebida, da manipulação de matérias-primas em remédios...do uso de matérias-primas em medicamentos manipulados, inclusive com indicativo de uma espécie de máfia distribuidora na cidade de São Paulo. Já foram tomadas providências junto à Dra. Rosângela, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para levantar essas distribuidoras. E o Sub-Relator, Vicente Caropreso, por delegação deste Relator, já está iniciando a investigação, colheita de dados, no sentido de conseguirmos desbaratar esse risco à saúde pública com o uso de matérias-primas, inclusive algumas vendidas por contrabando por farmácias de manipulação. Segundo: o Deputado Mosconi, também por...que é Sub-Relator, por delegação desta Relatoria... terá...fará gestões neste final de semana junto à Secretaria da Fazenda de Minas Gerais, no sentido de identificar a diligência fiscal que comprovou venda de medicamentos por distribuidores, usando fraudulentamente CGC de entidades filantrópicas, para burlar o Fisco e também criar núcleos de distribuição e comercialização de medicamentos fraudulentos. A denúncia recebida diz que na cidade de Araguari, Minas Gerais, foram feitas diligências, e o Deputado Mosconi, como Sub-Relator, fará, junto à Secretaria da

Fazenda de Minas Gerais...tomará as providências, para que se recolham informações dessas distribuidoras, e possamos ampliar a investigação. Deputado Iris Simões, em terceiro lugar, juntamente com o Deputado Collares, trouxeram aqui elementos que eu me dispense de citá-los, com cruzamentos que irão culminar com a colheita do depoimento da próxima quarta-feira, que é também investigação. Quarto: o Deputado Perondi, com o seu...com o seu requerimento...cria uma Sub-Relatoria para entrar nesta área, neste seguimento de distribuição, que é da maior importância, e nós já fixamos inclusive itens, para que ele, investido da função de Sub-Relator, desenvolva e amplie investigações neste campo. E, por fim, o requerimento aprovado há pouco, do Padre Zezinho e do Deputado Collares, com coisas...com fatos concretos, com notas fiscais, que vão dar condições de que interpelemos diretamente os laboratórios produtores destes produtos, para que enviem detalhadamente as suas planilhas, de forma a que se justifique ou não os preços cobrados. Então, eu citei cinco itens aqui, em pleno curso da investigação, de maneira que não se crie esse clima de que temos aqui só ouvindo depoimentos. A investigação está caminhando. Agora, é um espectro, como eu disse, muito amplo. Nós não podemos fazer tudo ao mesmo tempo, mas tá...está caminhando, e eu acredito que os objetivos da CPI estão sendo plenamente alcançados também na área da investigação.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Nobre Relator, nobre Presidente, se me permitir, eu acho que as informações que V.Exa. está prestando são da maior importância. Indiscutivelmente, são da maior importância. Mas se V.Exa. daqui para diante pudesse nos fornecer sempre uma síntese daquilo que V.Exa. acha que é o essencial...porque muitos de nós nem sempre freqüentamos a CPI e talvez tenhamos no nosso Estado dificuldades de dizer concretamente o que efetivamente estamos realizando. Essa síntese que V.Exa. fez é perfeita. Por exemplo, essa de São Paulo, eu não tinha a menor noção do que nós estávamos fazendo. Para a CPI, para o seu nome, para a responsabilidade, para a sua imagem, acho que, se V.Exa. fizer isso, fará muito bem. E se não puder fazer, o nobre Presidente pode pegar uma assessoria de imprensa pra ajudar V.Exa. a nos fornecer, sempre, resumidamente, aquilo que V.Exa. achar de maior importância para a imagem e para a seriedade com que nós estamos fazendo isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO MAGELA - Sr. Presidente, abusando da boa vontade e da paciência de V.Exa, eu fiz um pedido de vistas de dois itens do

requerimento do Deputado Zuppo, que está na página 63. E eu queria atender a um pedido do Deputado Zuppo, de retirar vistas do Item nº 3 e manter apenas sobre o Item 1. E pedir a V.Exa. pra concluir esta série de votações, votando, se não houver objeção de outros Deputados, o Item 3 favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deixa eu...deixa eu retomar...o requerimento tá em que página...?

(Apartes paralelos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não. Na página 63?

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Na 64, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. retira... mantém.

(Apartes paralelos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Mas, então, V.Exa. deseja que seja votado o item que oficia as Câmaras Municipais, recomendando a formação de Comissões Especiais de Vereadores encarregadas de receber denúncias de CPIs e encaminhá-las a esta CPI e também a CPIs estaduais?

(Apartes paralelos.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - São cinco mil e tantas Câmaras de Vereadores no País. Eu consulto o Deputado Zuppo, se não seria de a gente mandar pra...digamos...não só Capitais, mas mandar assim pra, pras quinhentas cidades mais importantes.

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - Cada Estado tem, nobre Presidente — V.Exa. sabe bem — uma associação das Câmaras de Vereadores, ou dos Vereadores, ou dos Prefeitos, que pode receber essa...esse pedido do Deputado Zuppo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É, porque aí tem que modificar o requerimento.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Há que modificar o requerimento, porque aqui é as Câmaras e não as Associações de Câmaras. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Eu entendo o seguinte, Sr. Presidente. Eu acho que o fato, ele já é público e notório diante da publicidade que tá tendo aí e a importância da implantação desta Comissão Parlamentar. Eu acho que aprovar

um requerimento, para oficialiar as Câmaras, para que elas tomem providências no sentido de implantar uma Comissão, para analisar e verificar, eu acho que é uma iniciativa exclusivamente que cabe a eles entenderem...cada local que tiver uma importância desse sentido implantar. Com todo respeito ao meu colega, Deputado Fernando Zuppo, eu acho que são cinco mil e tantos Municípios... Eu concordo com V.Exa., Sr. Presidente. Então, eu acho que a importância...e pelo fato de já estar atingindo a grande imprensa e os resultados positivos já apurados por essa Comissão Parlamentar de Inquérito já faz com que os próprios Vereadores, em cada Município, que tenham a informação de que exista nos Municípios certas negligências dentro das farmácias, na distribuição, eles mesmos vão tomar a iniciativa própria de implementar essas Comissões, não só nos Municípios, mas nos Estados. Então, eu creio que seria da nossa parte até...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. vota contra?

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Eu creio, creio que sim. Nesse item, eu voto contra.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Presidente, o objetivo...Eu não vou polemizar e vou respeitar a opinião da Maioria, né? É uma questão de enfoque. Eu acredito que, na medida que você valorize o trabalho das Câmaras Municipais, você envolverá os Vereadores também nessa nossa luta aqui, tá certo? Isso obteve resultados muito bons na CPI do Narcotráfico, onde foi feito...foram feitas essas comunicações e receberam denúncias etc, porque uma delas pode ser a ponta do **iceberg**, né? Um laboratório clandestino, numa cidade pequena, não importa o tamanho da cidade, mas tem lá um laboratório suspeito, uma casa suspeita. E hoje os Vereadores, acredito eu, né, **data venia**, que eles poderiam através dessa carta da Presidência da Comissão, lida em plenário, na Câmara Municipal, mobilizá-los em cima desse assunto também, oficialmente, independente das notícias da mídia que eles estejam sabendo. Mas eu respeito a Maioria. V.Exa. fica à vontade, pra colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não, não. Eu vou colocar em votação, não há a menor dúvida. Se for retirado o pedido...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, Deputado Sérgio Novais.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria também defender. Eu acho que... Eu fui Vereador de Fortaleza dez anos e acho que o papel da Câmara, como tá lá perto do povo, é no sentido de buscar, ter um contato que a nós...quando nós perdemos o contato, esse contato mais micro...É só um Vereador que tem esse contato, que sabe o que que tá acontecendo lá no local mesmo, no bairro. Portanto, eu sou muito simpático. É uma capilaridade que a Comissão precisa...de informações preciosas que podem estar se perdendo, e é uma recomendação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu havia sugerido... Deputado, obrigado a V.Exa., eu também tenho o mesmo apreço pelas Câmaras de Vereadores que V.Exa. Agora, eu só gostaria que nós tivéssemos aqui, depois, alguém que ajudasse a acompanhar, pra analisar as denúncias e responder. Será frustrante a uma Câmara de Vereadores que nos mande uma denúncia e a gente não tome conhecimento oficial. Agora, eu vou pedir pra reduzir...

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Quem sabe uma Sub-Relatoria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) -...reduzir as Câmaras...

O SR. DEPUTADO ALCEU COLLARES - O autor do requerimento. É ele que vai fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Vou submeter em votação o requerimento do Deputado e...

(Não identificado) - Não é CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Em votação. Os Srs. Deputados que concordarem, permaneçam como se encontram, com a adaptação que for necessária. (Pausa). Aprovado o Item 3, então, que propõe que esta CPI se dirija às Câmaras de Vereadores, solicitando que colaborem na investigação dos termos da CPI e remetam informações a esta CPI ou às Assembléias Legislativas, naquilo que for considerado importante.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO ZUPPO - Se V.Exa. desejar, eu posso coordenar todos os itens desse requerimento, tá certo? Eu posso passar isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não cabe a mim este problema. Vou providenciar isso. E cabe ao Relator propor esse problema, acompanhamento, se for o caso, pra oportunamente...

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem, V.Exa.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, só pra ficar registrada minha posição. Não é que eu esteja contra as Câmaras...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Ninguém duvida de V.Exa.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - A única posição que eu levantei foi... trata-se de uma iniciativa própria de cada Câmara Municipal, de cada Município. Então, pra registrar minha posição, não que eu seja contra que as Câmaras sejam oficiadas, de forma alguma. Eu acho que eles é que têm que entender a importância do assunto e eles se propuserem a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Muito obrigado a V.Exa., Deputado, esclarecimento registrado. Eu desejo avisar rapidamente e notificar novamente a visita ao Rio de Janeiro, a Manguinhos e a INPI, que foi uma decisão desta Comissão, nem sugestão é minha, e eu considero da maior importância, pelos subsídios que a Manguinhos tem-nos dado, e também pela importância de analisarmos o trabalho do INPI. Peço aos Srs. Deputados que desejarem estar no Rio que, por gentileza, avisem a Secretaria da Mesa desta CPI, entendeu? A visita começará impreterivelmente às 10h, em Manguinhos, com duas horas; exposição, visita, e logo depois almoçaremos e iremos para o INPI. Poderemos retornar a Brasília às 18h, garantido, já tem avião nesse horário, com reserva de passagem para os que quiserem fazê-lo. Agradeço aos que puderem ir. Segundo: eu estou sendo informado pelo Deputado Arnaldo Faria de Sá e também pela imprensa que a ABIFARMA está nos remetendo aquelas informações que foram prometidas, de um cesto básico, que ela acha que poderia ser uma política de cesto básico. Terceiro: eu combinei com a Secretária de Saúde do Rio Grande do Sul que aquelas denúncias de preços diferenciais de concorrência elas nos mandaria um expediente, para que nós pudéssemos tomar as providências, cujas providências cabíveis serão submetidas aos Srs. Deputados. Se encontra presente o Dr. José Ruben de Alcântara Bonfim, Presidente da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos — SOBRAVIME, a quem convido a fazer parte da Mesa, para cumprirmos a Ordem do Dia desta sessão. Os Srs. Deputados... O Sr. expositor terá vinte minutos e os Srs. Deputados terão, como de praxe, terão três minutos para inquirir e mais três para a réplica.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem tem V.Exa. a palavra, Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Com certeza, o Dr. José Ruben, pela experiência que tem, compreenderá que esse atraso foi decorrente de tarefas da CPI muito importantes, mas eu quero registrar, em nome da CPI, e com certeza, de todos os Deputados, as nossas desculpas por ter submetido V.Sa. a uma espera, com as múltiplas atividades que eu sei que o senhor tem. Então, como seu velho — me permita dizer — amigo, sei da sua compreensão, mas quero fazer esse registro oficial.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não havia feito isso antes, mas endosso as palavras de V. Exa. Mas os pernambucanos são acostumados, são pacienciosos, são sábios e eu peço escusas pelo atraso também, entendeu? Com prazer, passo a palavra ao Dr. José Ruben de Alcântara Bonfim, Presidente da SOBRAVIME, por vinte minutos. Tem V. Exa. a palavra.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Eu queria, em nome da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos, agradecer esse honroso convite do Deputado Nelson Marchezan, do Deputado Ney Lopes e dos Srs. Deputados, para trazer subsídios a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Antes de mais nada, o Deputado Nelson Marchezan, de uma forma atilada, observou que no nosso cartão de visitas havia uma expressão latina **primum non nocere**. Na realidade, esta expressão latina tem uma origem antes da Grécia clássica, portanto há mais de 2500 anos, e que admite várias traduções. Mas uma delas é: antes de tudo, não causar dano. Na realidade, esta expressão é o fundamento das práticas de saúde que deveriam reger a atividade dos médicos, farmacêuticos e todos os profissionais de saúde, e deveriam também governar a sociedade. Gostaria de usar o retroprojeto. Muitos dos senhores e senhoras sabem que a Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos é uma sociedade composta de profissionais, mas é também uma entidade de defesa do consumidor. Então, eu louvo a iniciativa desta CPI de convidar uma entidade que tem essa prerrogativa inscrita no seu próprio estatuto. E isso está de acordo com...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu pediria ao senhor expositor que se pudesse talvez ficar do lado de lá, senão cria problema. Isto.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Isso está em consonância com as recomendações da Organização Mundial de Saúde e da Organização

Pan-americana da Saúde. Bom, tem-se comentado aqui exaustivamente o medicamento. Antes de mais nada, é preciso considerar um conceito mais amplo, que é o conceito de cadeia do medicamento. Como vocês estão percebendo, esta cadeia, um dos elos são as autoridades sanitárias, que detêm o poder de realizar o registro do medicamento. Medicamento que não é registrado é um medicamento clandestino. Portanto, isso já é um crime. Bom, esta cadeia não é tão simples, não é tão simples. E os trabalhos da CPI têm mostrado a complexa trama, que vai da produção até a utilização e avaliação dessa utilização para os usuários. Quando se fala de medicamento, se existe uma palavra que é muito imprecisa é exatamente essa, medicamento. A nossa sociedade só aceita este conceito que está aí, que é o conceito da Organização Mundial de Saúde e que tem 22 anos de existência: qualquer substância num produto farmacêutico usada para modificar ou explorar sistemas fisiológicos ou estados patológicos em benefício do recebedor. Se um benefício real não for produzido, isto não pode ser considerado um medicamento. Podemos chamá-lo de produto farmacêutico, podemos chamá-lo de remédio, mas de medicamento jamais. Em consequência disso, a Organização Mundial de Saúde estabeleceu, nesta mesma ocasião, em 1977, o conceito de medicamentos essenciais, que eu vou falar aqui rapidamente, não é. A sua décima lista — essa lista é produzida a cada dois, três anos — tem 304 princípios ativos, com 511 apresentações farmacêuticas. Estima-se que cerca de 90% dos problemas de saúde que podem ser tratados com medicamentos..., esta quantidade seria suficiente; 10% de outras necessidades de saúde que podem e devem ser tratadas por medicamentos são naturalmente de doenças mais raras. Bom, vejam um panorama, um panorama mais completo de medicamentos essenciais e não-essenciais produzidos pelas vinte maiores empresas farmacêuticas européias e citados em pelo menos um dos seis compêndios de regiões do Terceiro Mundo. A porcentagem de medicamentos essenciais... Esse estudo tem pouco mais de cinco anos, mas ele está, ele é substancialmente verdadeiro, agora, no ano 2000. A porcentagem de medicamentos essenciais não ultrapassa 30% da produção de cada um desses grupos farmacêuticos hegemônicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Exceto um, em 39%.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Exceto um, 39, que é a Astra. Bom, uma lista de medicamentos, dos cem medicamentos mais vendidos o ano passado, segundo a Secretaria de Acompanhamento Econômico, mostrou que

dos cem medicamentos, ou melhor, produtos farmacêuticos mais vendidos no País, apenas 23% eram essenciais. Bom, e por que essa insistência da SOBRAVIME em relação ao conceito de medicamento e sua particularização como essencial? É porque os critérios para que um produto farmacêutico possa ser considerado um medicamento tem quatro dimensões: a eficácia, a efetividade, a eficiência e a segurança. Evidentemente que não é este o momento de discutir isso a fundo. Mas os medicamentos essenciais são aqueles que têm a melhor relação custo/efetividade possível. Então, uma política nacional de medicamentos que tenha um..., executada por um Governo que não tenha esta visão, não está realizando uma política nacional de medicamentos. Esta questão, portanto, do custo/efetividade, quer dizer, tornar, tornar disponível para o conjunto da população brasileira medicamentos que preencham esse requisito fundamental. Se nós, se a CPI não conseguir informar ao Governo que é isso que tem de ser feito, eu acho que nós estaremos perdendo uma oportunidade preciosa. A lista de medicamentos essenciais do Ministério da Saúde foi publicada no dia 19 de maio de 1999. Foi resultado de um grupo de trabalho que teve por sede a Escola Nacional de Saúde Pública e que eu, com muito orgulho, fiz parte. Essa lista de medicamentos essenciais ela precisa estar disponível nos quase 6 mil Municípios do País, naturalmente guardando as necessidades distritais, municipais, regionais e estaduais, que são muito variadas. Por que esta ênfase nos medicamentos essenciais, na sua disponibilidade? Porque esta é a única condição para que se realize o que os especialistas no mundo inteiro, particularmente desde 1985, quando houve a I Conferência Internacional sobre o Uso Nacional de Medicamentos, em Nairóbi, no Quênia, é a condição para o efetivo uso racional de medicamentos, cujas considerações detalhadas nós passaremos para a relatoria da Comissão. A condição fundamental está no item 2 desta transparência. O produto farmacêutico em si deve ser essencial, isto é, um preparado eficiente que proporcione um benefício terapêutico real, e os riscos existentes ao ser administrado — efeitos secundários ou reações adversas a ele — são consideravelmente menores que as conseqüências decorrentes da sua não-aplicação no tratamento da doença. Com esta... com esta consideração básica, nós estaremos compreendendo o que seja uma política nacional de medicamentos e cujas raízes são a indústria farmacêutica, as escolas e universidades, o Governo, os meios de comunicação, os profissionais de saúde, os consumidores. Esta seiva

tem que ser conduzida por intermédio de técnicas que... simbolicamente representadas no tronco dessa árvore. Estas técnicas, Srs. Deputados, estas técnicas são conhecidas há muitos e muitos anos. Nós temos no País uma quantidade mais do que suficiente de técnica para orientar a efetivação dessas técnicas. Então, o nosso problema não é de falta de preparo. O nosso problema é apenas uma questão de decisão política. E eu acredito que o Poder Legislativo tem uma influência fundamental nesse processo. Vou passar para a Relatoria da CPI três livros editados nos últimos dois anos e meio, livros de edição da SOBRAVIME. Um deles trata da ... da construção da política de medicamentos. E demos na capa deste livro um destaque merecido ao Poder Legislativo. Sem dispositivos legais realizados de forma inteligente, coerente e com harmonia, nós não podemos construir uma política nacional de medicamentos. A nossa legislação, tanto a chamada legislação sanitária quanto à relativa a medicamentos, a políticas farmacêuticas, é uma legislação que não tem coerência interna. Mas os obstáculos não são poucos. Esta escada aqui precisa ser galgada, mas não é degrau por degrau. Ela precisa ser... Nós precisamos chegar ao topo dela com a máxima velocidade. Isto foi feito em muitos países do mundo. Eu quero citar aqui um país que tem uma população enorme como a brasileira e que é um país muito pobre em relação a nós, e que realizou com êxito essa política. Chama-se Bangladesh. E fez isso na primeira metade dos anos 80, porque houve decisão política governamental, governo aí no sentido amplo, não é só o Executivo. Bom, essas etapas... essas etapas são... são fundamentais. Não tenho tempo pra explicar cada uma delas, mas eu gostaria de chamar a atenção sobre a necessidade, a análise da necessidade de medicamentos e não da demanda do mercado. Eu acho que o Poder Legislativo deveria recomendar à sociedade que nós nos preocupássemos com saber o que é que a população brasileira precisa em matéria de medicamentos essenciais, porque na realidade nós estamos sempre atendendo às expectativas, imposições, desejos, seja lá o que for, da indústria farmacêutica. Nós não temos a condução do processo. E a sociedade, para ser realmente atendida, ela precisa que seus governantes tenha a condução desse processo. A indústria farmacêutica — multinacional, evidentemente, porque só ela é que produz, faz produtos novos — conseguiu convencer, no mundo inteiro, médicos, farmacêuticos e, por extensão, o conjunto da população que o que interessa é produto novo. Isto não é uma verdade científica. Isto é uma...uma falsidade. Por quê? Este levantamento aqui mostra

que... Em 1960, vocês estão percebendo que houve uma queda brusca do... do registro de fármacos novos nos Estados Unidos. Este é o período de 1940 a 1990. Por quê? Porque houve aí o desastre da talidomida . Então, ocorreu no mundo inteiro, particularmente por iniciativa do... americana, houve uma... uma reformulação completa nos critérios de registros dos medicamentos. Então, o número de medicamentos, que estava acima de cinquenta, passou para abaixo de vinte e cinco — medicamentos novos no mercado americano, que é um dos... o mercado mais portentoso do mundo! Muito bem. Quais são os medicamentos novos realmente importantes? Não passam de três por ano! Então, nós não precisamos nos preocupar com os medicamentos novos. Nós precisamos nos preocupar em... em colocar à disposição da população os medicamentos essenciais, porque eles têm a melhor relação custo/efetividade e realmente vão recuperar, curar, aliviar o sofrimento dos milhões e milhões e milhões de brasileiros que não têm acesso a nenhum tipo de medicamento essencial. A nossa responsabilidade está aí! Bom... Então, as políticas farmacêuticas precisam ser orientadas sobre três aspectos: os preços de medicamentos, os medicamentos essenciais e os produtos genéricos, como esta CPI tem-se dedicado. Este fenômeno que os senhores e as senhoras estão percebendo aqui, isso existe na América Latina toda, no Terceiro Mundo todo. Isso não é nenhuma novidade no mercado brasileiro. Então, o aumento do faturamento das empresas farmacêuticas se faz particularmente com base no aumento de preços e não na ampliação do consumo. Isso já foi revelado aqui. A própria indústria farmacêutica... Eu tenho dados aqui da própria indústria farmacêutica... Eu não vou mostrar aos senhores Parlamentares porque os senhores já têm conhecimento disso. Não vou chover no molhado. A própria indústria é que diz isso. Então, se a indústria diz isso, e o Poder Público não faz nada, é porque nós estamos sem compreender o que é que tem que ser feito. É necessário, de alguma forma, estabelecer mecanismos eficientes de tabelamento de preços. Medicamento é um insumo essencial à saúde, não pode ficar ao sabor das leis do mercado. Bom. Esse estudo aqui foi realizado e divulgado em 98 pela **Acción Internacional por la Salud**. Olha, eu gostaria de ler para os senhores e as senhoras e...este parágrafo que eu acho de uma clareza notável. É moralmente inaceitável que em um mundo civilizado um sistema de fixação de preços exija dos consumidores pobres, de países com rendas,... com rendas baixas, pagar preços mais altos por medicamentos essenciais do que os que pagam os consumidores

dos países desenvolvidos. A justiça social e o princípio de equidade demandam que a Organização Mundial de Saúde e os Governos dos Estados-Membros — do qual o Brasil faz parte — devem imediatamente intervir para regular, controlar e vigiar os preços de medicamentos no mercado mundial, com o fim de facilitar o acesso aos medicamentos, particularmente aos pobres. E não é essa proposta da ABIFARMA, essa proposta vergonhosa que está hoje nos jornais. Eu acho que nós temos uma responsabilidade com o conjunto dos cidadãos brasileiros. A SOBRAVIME..., particularmente eu, não admito que existam pobres. Nós temos que atender necessidades de saúde dos cidadãos. Bom, existem muitos aspectos técnicos fundamentais e não posso me deter aqui, porque não é esse o objetivo, mas só informar aos senhores e às senhoras. Bom, é fundamental que as políticas públicas, que visem a melhoria da utilização de medicamentos no País, dêem uma atenção especial ao prescritor e aos dispensador. Prescritor entenda-se médico e cirurgião dentista, no caso da saúde humana. E dispensador entenda-se farmacêutico. Bom. Os usuários, eles precisam, da mesma forma que os prescritores e os dispensadores, serem, terem acesso a uma educação continuada. O objetivo da nossa sociedade científica, sem fins lucrativos, é que os usuários tenham uma compreensão e sintam-se à vontade para formular pelo menos essas doze perguntas para os prescritores e dispensadores. A análise atenta dessas doze perguntas que o usuário deveria fazer a um prescritor ou a um dispensador dão idéia de quanto caminho nós temos que trilhar para chegar a esse objetivo. Olhe, essas... a informação que a OMS recomenda para o prescritor e o dispensador está aqui ao lado. Pois bem. Isto o Governo tem a obrigação de fazer, o Poder Executivo tem a obrigação de fazer. Por quê? Porque nós... o processo de inversão do assédio da indústria farmacêutica, em relação..., particularmente em relação ao médico, não pode ser quebrado, a não ser por meio de um processo pedagógico profundo. Porque eu tenho 26 anos de formado, garanto-lhes, e os médicos aqui presentes sabem, que a atração, que pode ser fatal, começa na..., às vezes, nem no curso clínico, começa no curso básico das faculdades de medicina. É preciso pôr um termo nessa história. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária está com uma Consulta Pública nº 5 em andamento, desde o final do mês passado, e tem um prazo de sessenta dias ao todo para regulamentar a publicidade, propaganda farmacêuticas no País, ou seja, a promoção farmacêutica como nós preferimos chamar. Muito bem. A proposta inicial — nós estamos encaminhando um

documento para a Agência Nacional —, a proposta inicial é ainda débil, débil. Então, eu gostaria — nós vamos passar a contribuição teórico-conceitual da SOBRAVIME, as propostas da SOBRAVIME sob forma de livros à Relatoria —, nós gostaríamos de ter o apoio desta CPI para que a regulamentação da promoção farmacêutica fosse a mais rigorosa possível, para que de uma vez por todas os cidadãos possam exercer o seu direito, porque até agora eles têm sido puramente vítimas da indústria. E isto está de acordo com as tendências mundiais das organizações de técnicos e de consumidores. A última declaração... — esse material todo será passado para a Relatoria — a última declaração a respeito da comunicação da informação contra a segurança de medicamentos foi realizada na Sicília, no final de 1997. Bom, eu já estou terminando, mas eu não poderia deixar, solicitando a compreensão do Sr. Presidente, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O tempo de V.Exa. está esgotado, mas peço, portanto, que o tempo seja necessário para concluir.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Eu só queria... — naturalmente, me ponho à disposição, não tratei do assunto dos genéricos, mas estou à disposição para responder qualquer coisa — só queria lembrar isso aqui: são os objetivos da Organização Mundial de Saúde quanto à promoção farmacêutica. E eu tenho aqui uma numerosíssima coleção de matéria a respeito de propaganda farmacêutica, que poderia mostrar em outra ocasião. Mas o diagnóstico que nós fazemos é o mais grave possível nesses livros que a SOBRAVIME editou. Nos últimos quatro anos, nós editamos seis livros. Eu só vou mostrar esta imagem aqui: "Está nascendo uma doce solução". Isso é para simbolizar as dezenas de propagandas que eu tenho aqui que posso mostrar em outra ocasião. A doce solução é o Bebê Tylenol. E tem uma forte divulgação. Todas as empresas fazem isso. Forte divulgação junto à classe médica, anúncio em revista dirigido ao Trade. Olhe, eu gostaria de fazer um registro aqui. Pediria a atenção das senhoras e dos senhores para apoiar o projeto que foi apresentado recentemente a respeito da defesa da língua portuguesa. Olhe, nós não estamos... O anúncio em revista não é dirigido ao comércio, é dirigido ao Trade. Compreenderam a que situação chegamos? A nossa submissão é total. Olhe, daqui a pouco, daqui a pouco, os de fora, os de fora vão povoar os nossos sonhos. É uma questão gravíssima isso. E tudo... E a marca disso tudo é o seguinte, a tônica é: anuncia-se remédio, qualquer tipo de medicamentos — há raríssimas exceções — qualquer tipo de medicamentos

— melhor dizendo — qualquer tipo de produto farmacêutico ele não é anunciado propondo uma possível solução para um problema de saúde . Ele é anunciado exclusivamente para ser vendido, não importa a que preço. E a intoxicação medicamentosa da população brasileira começa na infância e vai até... até a morte. Então, o signo é: qualquer... — não precisa ser Cebion gotas — é qualquer coisa. É indicado para fase disso, fase daquilo, pra pá-pá-pá-pá. A fase de crescimento de venda é isto que é a consequência, o motivo, a razão de ser, infelizmente, com exceções da indústria farmacêutica situada no País. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado, Sr. depoente, pelos esclarecimentos que acaba de nos prestar.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Pela ordem o senhor tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Pediria a V.Exa., se possível, fosse distribuído, além da Relatoria, essa exposição aos senhores membros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Não posso distribuir ainda porque não tenho. Mas vou pedir ao Dr. José Ruben que nos dê uma cópia, para que a gente tire cópia logo. Tem uma cópia dessa exposição?(Pausa) Hein?

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Infelizmente, temos que fazer a cópia da própria transparência. Mas isso é coisa rápida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - É. Eu pediria que V.Exa. nos entregasse o subsídio, porque ...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A transparência pode ser copiada. Pega-se a cópia da transparência e manda xerocar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Segundo recebo sugestões, se V.Exa. emprestasse essas transparências, poderíamos tirar uma cópia imediatamente. E V.Exa. ficará livre de nos mandar depois. E nós ficaremos em condições de atender o que requerem os membros desta CPI. (Pausa) Pois não. Peço que V.Exa. entregue, porque logo depois vou passar a palavra ao Sr. Relator. V.Exa. terá que prestar atenção às perguntas. Portanto, vou dar um prazinho para que V.Exa. passe essas transparências. Peço à Secretaria que providencie imediatamente cópias dessas que foram usadas, sobretudo, os dados, os números e as frases. (Pausa) Está V.Exa. disponível para o Sr. Relator? Com a palavra o nobre Relator, Deputado Ney Lopes.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvi a exposição do depoente, Dr. José Ruben. E o depoente sempre pautou a sua exposição na defesa de um plano nacional de saúde para o Brasil, uma política nacional de saúde para o Brasil, melhor dizendo. E em razão disso, e sendo V.Sa. um estudioso, vou fazer algumas perguntas.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Pois não.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - O senhor é favorável a controle de preços, tabelamento de preço de medicamentos no Brasil?

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Eu acho que ... Disse há pouco, Deputado Ney Lopes, da necessidade que isso seja feito porque é eticamente justificável. Deixar a situação como está, ao sabor dos interesses da indústria farmacêutica, significa contribuir para o agravamento da situação de saúde da população. Eu acho que o Parlamento, o Poder Executivo não podem aceitar essa imposição, porque trata-se de uma imposição da indústria, imposição que tem raízes históricas, porque sempre tivemos uma fraqueza, quando não, em certos casos, submissão à indústria farmacêutica. Então, é preciso que a cidadania se rebele em relação a isso. Qual é a Casa que representa a cidadania senão esta aqui e o Senado? Então, é preciso que haja, e há, propostas com caráter técnico bem definido, que podem ser feitas e aprovadas aqui. Eu sou inteiramente favorável ao controle de preços, como também sou inteiramente favorável a subsídios governamentais com o objetivo de incrementar a produção dos medicamentos essenciais nos termos que acabei de definir.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Então, indago a V.Sa. o seguinte: numa política nacional de medicamentos que V.Sa. defende, qual o papel dos laboratórios públicos na sua opinião? Preponderantes ou apenas regulatórios de preços?

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - É necessário que o Poder Executivo modernize uma parte significativa dos laboratórios nacionais. Sem entrar em minúcias. Diria que dos quatorze laboratórios governamentais apenas dois têm uma capacidade tecnológica de produção expressiva, que é a Fundação para o Remédio Popular, em São Paulo, e o Instituto de Tecnologia em Fármacos, Farmanguinhos. Eu acho que os investimentos têm que ser maciços, porque, mesmo com uma oferta muitíssimo ampliada dos medicamentos essenciais, essa oferta não pode ser ... o resultado não será imediato. Quer dizer, vão se passar alguns meses para que isso aconteça. Mesmo assim, quer dizer, essa iniciativa vai

gerar uma adequação do mercado farmacêutico. E a indústria privada tende a acompanhar os parâmetros, as diretrizes estabelecidas pelo Estado. Isso se verificou em todos os países que adotaram políticas nacionais de medicamentos. Eu acho que... Eu acho que o papel dos laboratórios governamentais é um papel fundamental. E há muito tempo que seus dirigentes estão apelando para que o Poder Executivo, Federal, particularmente, faça investimentos nesse campo.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pelo que eu... Terminou?

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Sim, sim. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Pelo que eu ouvi de V.Sa., V.Sa. relevou um pouco, ou muito, a importância de medicamentos novos no contexto do mercado. Eu, então, indago: V.Sa. é contra o medicamento novo? É contra a pesquisa? Excluiria esses medicamentos novos daqueles considerados essenciais à população?

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Olha, uma política de medicamentos, uma política nacional de medicamentos, ela não pode e nem precisa se preocupar com medicamentos novos. Primeiro, que um medicamento é considerado novo cerca de até cinco anos de sua vigência no mercado. É durante este período que um sistema de farmacovigilância, que há nos países desenvolvidos e que no Brasil ainda não existe, vai determinar a sua real utilidade, quer dizer, a real utilidade de um produto novo. Bom, nós precisamos de um sistema nacional de farmacovigilância. Foi recomendado há 22 anos. Há 22 anos que se estabeleceu essa recomendação, e até hoje os passos concretos do plano federal não foram dados. Os únicos Estados que deram uma..., avançaram foi, em primeiro lugar, o Estado do Ceará e, agora, recentemente — mas ainda está..., ambos estão engatinhando, digamos assim —, é o Estado de São Paulo. Ora, como é que se vai ver... Bom, primeiro, os produtos novos todos eles tão sob o regime de patente. Olhem, eu não conheço nenhum caso de produto novo que tenha um preço que possa ser considerado acessível. Eu não conheço. Porque o produto novo é a alma do negócio da indústria farmacêutica. A indústria farmacêutica, ela, naturalmente, tem que extrair, digamos assim, das vendas do..., com os seus produtos novos o investimento que fizeram. Mas acontece que eles extraem muito mais, particularmente nos países dependentes, como o nosso. Então, a relevância de produto novo para uma política nacional de medicamentos, sinceramente, não tem nenhuma, a não ser em casos em que num período de cinco anos de análise

da..., digamos assim, do comportamento deste produto, da avaliação técnica que os médicos e farmacêuticos façam, pode-se ver a conveniência de incluí-lo numa relação nacional de medicamentos essenciais. E era isto que eu tinha a dizer sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - V.Sa. citou que os jornais de hoje divulgam uma proposta de uma cesta básica da ABIFARMA, que, aliás, o Presidente da ABIFARMA citou também em seu depoimento. Eu queria saber de V.Sa. quais são, objetivamente, as críticas que V.Sa. tem a esta proposta. É só a origem ou tem outras críticas objetivas?

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Não. Primeiro, começa por essa terminologia, essa expressão, melhor dizendo, que foi usada, cesta de medicamentos. Isso mostra a origem de quem faz a proposta. Quem faz uma proposta dessa considera que medicamento é um comércio mesmo. Então, você vai distribuir cesta para quem precisa, não é? Quer dizer, isto é um vício de linguagem insuportável. O que nós precisamos é ter lista de medicamentos essenciais, que têm que ser definidas por região e por regiões e nos planos, nos níveis inferiores, porque uma lista de medicamentos essenciais lá em Rondônia não é a mesma de..., da cidade de São Bernardo do Campo, onde eu moro. Não é? Em Rondônia tem muita malária; em São Bernardo não tem nenhuma malária. Compreenderam a diferença? Então, a população, a definição... A identificação das necessidades de saúde da população tem que ser feita da forma mais circunscrita possível. Para isso nós usamos — nós, sanitaristas — usamos os métodos epidemiológicos. E entre esses métodos epidemiológicos existe os métodos farmacoepidemiológicos. Então, o problema não é de natureza técnica; é um problema de decisão política. Nós podemos definir quais são as doenças prevalentes, não é, e incidentes em uma região. A partir daí vamos ver quais são as doenças que podem ser tratadas com medicamentos, em conjunto com outras medidas de alcance sanitário. Nós não vamos tratar malária só com antimaláricos. Nós não vamos tratar esquistossomose só com esquistossomicidas. Nós temos que realizar saneamento, em ambos os casos, se não nós não estamos resolvendo nenhum problema de saúde; nós estamos gastando remédio. Compreendem? Quer dizer, os critérios de utilização de medicamentos para o conjunto da população — não estou falando no plano individual —, no conjunto da população — têm que ser critérios sanitários, vale dizer, com base epidemiológica. Em consequência disso,

essa proposta aí de cesta de medicamentos, isso é uma proposta puramente comercial, e nem deveria ser levada em conta pelo Governo. Eu acho que o Governo tem que assumir o compromisso de fornecer os medicamentos essenciais para a população, segundo esse método que eu acabei de descrever.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado ao Sr. Relator e ao senhor expoente. Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Inicialmente queria cumprimentar o Presidente da SOBRAVIME pela exposição clara e objetiva. Mas eu queria fazer uma pergunta a quem, como médico, poderia tentar esclarecer a minha avaliação como leigo. Como o senhor avalia o fato de médicos do serviço público, quer federal, estadual ou municipal, prescreverem remédios que sabem que aquele paciente não tem a mínima condição financeira de adquirir?

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - É. Deputado Arnaldo, eu quero me dirigir a V.Exa. como colega de profissão. Eu acho que é preciso... Eu acho... Ou os Conselhos Regionais...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu não sou médico, não.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Ah, o senhor não é médico.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu sou curioso.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Ah, eu pensei que o senhor era médico. Então, eu...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Eu falei que sou leigo.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Eu acho que nós, médicos, precisamos prestar mais atenção à atuação dos nossos conselhos de ética. Há muitos e muitos anos... Olha, eu não recém-formado, não é? Eu tenho 26 anos de formado. De modo que eu acompanho, não é? Formei-me no tempo da ditadura e participei ativamente da chamada renovação médica, da renovação sanitária, que tanto contribuiu para que mudassem as perspectivas de atuação ética do médico no País. E hoje nós temos duzentos e oitenta — um pouco mais do que isso — mil médicos no País. E eu acho que, embora notável, o trabalho dos conselhos parece que não atingiu o âmago da consciência da maioria dos médicos. Porque este problema não diz respeito apenas aos órgãos de ética ou às associações representativas dos médicos. Isto é um problema que diz respeito à sociedade. É preciso que haja uma revolução pedagógica; é preciso que os direitos

dos usuários sejam efetivamente estabelecidos, para que os próprios médicos — eu estou falando do conjunto — se transformem. Nesse aspecto, eu vou passar à Relatoria desta Comissão a legislação de saúde mais avançada que foi produzida no País, que teve por base o trabalho do médico sanitarista e Deputado Estadual Roberto Gouveia. Estou me referindo ao Código de Saúde do Estado de São Paulo, que é uma lei complementar de 1995. Eu acho que nós precisamos fazer com que todo o País tenha uma legislação análoga a essa. E existem capítulos, existe um capítulo e muitos artigos a respeito dos direitos dos usuários. Nós precisamos, Deputado Arnaldo, essa palavra paciente, ela precisa desaparecer.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Qual seria a palavra correta?

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Não, o usuário do serviço de saúde, ele tem que ser um sujeito ativo do processo de restabelecimento de sua saúde e da saúde de seus semelhantes. Nós temos que convocar a cidadania para resolver os problemas de saúde que não são problemas individuais. Os problemas de saúde não são problemas individuais. Na maioria dos casos são problemas sociais e têm determinações políticas e econômicas bem definidas e que podem ser conhecidas e que podem ser enfrentadas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Como o senhor é um estudioso no assunto, não apenas na condição de médico, mas na área de vigilância, de medicamentos, e conhece os problemas vividos pelos consumidores, principalmente nas farmácias, nos pontos de distribuição, a famosa "empurroterapia"... Nós tivemos inclusive a semana passada aqui declarado publicamente que tínhamos o BO — o remédio bom para otários —, quais seriam os remédios BC — os bons para os consumidores?

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Esta, olha essa expressão, embora real, é uma expressão que nós deveríamos empregá-la somente no contexto da crítica, porque eu não vejo que deveria existir diferença entre o produto farmacêutico oriundo da indústria farmacêutica multinacional e aqueles resultados de cópias autorizadas, feitas pela indústria farmacêutica nacional. Porque, na realidade, infelizmente, Deputado Arnaldo, a nossa lei consagra expressões que não têm nenhum fundamento técnico. Por exemplo, essa expressão similar, que está na lei dos genéricos, isto é de uma infelicidade científica total. Estou passando aqui para o Deputado Ney Lopes e para o Deputado Nelson Marchezan uma coleção de boletins da SOBRAVIME, onde esse assunto está,

acredito, suficientemente analisado. A OMS nem reconhece essa expressão medicamentos similares e nem tampouco reconhece a expressão genéricos. Chama-se...A expressão que a OMS recomenda é produtos farmacêuticos de origem múltipla. Então, essa expressão quer dizer o seguinte: que uma indústria que não é a original, quando ela vai fabricar um medicamento que pretende ser idêntico ao produto original, os parâmetros que são utilizados na avaliação dos medicamentos são os parâmetros de eficácia, desculpe, equivalência farmacêutica e equivalência terapêutica. Todos os produtos têm que ser analisados sob esse aspecto. Um produto que está... Um princípio ativo que não está mais sob regime de patente pode ser fabricado, como se diz comumente, como produto genérico ou pode ser fabricado antes também, mediante licença, com o nome de marca. Mas em qualquer dos casos é preciso que exista equivalência farmacêutica e equivalência terapêutica. Se não existir essa equivalência, o produto não deveria estar no mercado. Então, compete à Agência Nacional de Vigilância Sanitária, por intermédio de uma inspeção continuada nas fábricas e eventuais análises de amostras fiscais colhidas no mercado, avaliar se existe equivalência farmacêutica e equivalência terapêutica, tanto dos produtos genéricos, sob denominação genérica, quanto os produtos sob denominação de marca diferente da original. Se esses produtos não se adequarem, é preciso que haja uma intervenção do Poder Público. Quer dizer, nós não podemos começar a fazer uma regulamentação que é a regulamentação ideal para os produtos genéricos e esquecermos que deve existir uma regulamentação para os produtos de marca, que não são originais. Compreendem? Agora, antes de mais nada para completar a sua pergunta, a minha argumentação precisa considerar que nós temos estabelecimentos farmacêuticos demais. Olhem, o último levantamento feito pelo Conselho Federal de Farmácia mostrou que existem pelo menos vinte mil estabelecimentos farmacêuticos que sequer deveriam existir, porque são estabelecimentos que não têm o menor critério técnico. Se abre um estabelecimento farmacêutico no País hoje, sabem, sob critérios puramente comerciais. Nenhum critério sanitário é estabelecido. Então, nós precisamos acabar com isso. Isto é uma indignidade social, é uma falta de respeito à população, que chega num estabelecimento farmacêutico que não tem condições de funcionar como tal. Primeiro, porque não existe lá a presença do profissional indispensável ao funcionamento do estabelecimento, que é o farmacêutico; porque o farmacêutico não está lá pra vender remédio. Isso é uma mera consequência. O

farmacêutico está lá pra orientar a população, para exercer uma função nobre, que se faz em qualquer país desenvolvido do mundo, mas não se faz no Brasil. Ninguém é atendido por balconista na Suécia, na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos. Isso é um absurdo, Deputado Arnaldo. Então, a população precisa ser orientada em relação aos seus direitos de ser atendida condignamente. E o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Farmácia há muitos anos têm insistido nisso. E graças à atuação deles é que isso está mudando. Mas é preciso que o Poder Público intervenha vigorosamente e feche os estabelecimentos que não podem funcionar, estabeleça a presença deles, por intermédio de critérios sanitários. E, acima de tudo, volto a insistir, é preciso garantir o direito dos usuários.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Última pergunta ao Dr. José Ruben, além de cumprimentá-lo. Se a gente fosse criar uma RENAME, o SUS, respeitadas as peculiaridades regionais, basicamente quantos produtos tinha que ter numa lista RENAME, SUS, em que o acesso a esse medicamento fosse dado a toda população que dele precisa, mais ou menos, quantos medicamentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - *(Início inaudível.)* ...ao Sr. Deputado que o seu tempo tá esgotado. Peço, portanto, senhor expositor, se possível, responda concisamente.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Deputado Arnaldo, já existe essa lista, e ela tem cerca de trezentos e cinquenta produtos. Quer dizer, eu estou falando só dos princípios ativos. Os princípios ativos são menos. É que cada princípio ativo pode gerar mais de um tipo de produto. Depende da concentração, da fórmula farmacêutica, enfim, da apresentação.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Quantos princípios, então?

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Nós não temos ainda uma lista.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aproximadamente, quantos seriam?

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - A nossa lista precisa ter, a lista ideal, em consonância com o MS precisa ter trezentos e cinco princípios ativos, incluindo vacinas, incluindo anti-sépticos e desinfetantes para uso sanitário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Agradeço ao Deputado e ao expoente. Concedo a palavra, por permuta de tempo, desde logo, à Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostaria, Dr. Ruben, de cumprimentar V.Sa. pela brilhante exposição. Certamente, alguns estão pensando que seria uma visão atrasada, que não condiz com a política que nós vivemos no País, que é uma política que vem sendo aplicada completamente diferente de tudo aquilo que o senhor falou, de liberdade total, inclusive, pra setores da economia. Como o caso do setor farmacêutico é uma liberdade maior do que, por exemplo, do setor de fumos e bebidas. Nesse ramo, há um controle de preços, mas numa questão tão essencial pra manutenção da vida, da saúde de todos os seres humanos, o Governo entende que o correto é manter a liberdade de mercado. Então, eu acho que o senhor tem toda a razão quando diz que no País atende-se à expectativa da grande indústria farmacêutica. O Governo brasileiro não tem a condução do processo em suas mãos. Acho que o senhor tem plena razão em fazer essas afirmações, porque na condução dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, nós estamos chegando a essa conclusão, com números, com dados muito concretos, desde o controle de qualidade dos produtos, que são consumidos pelos usuários, até a política de preços, de total liberdade, nenhum monitoramento e nenhum controle. Diante disso, Dr. Ruben, eu gostaria, em relação a algumas afirmações que o senhor fez aqui, de lhe formular alguns questionamentos. Não vou fazer o pingue-pongue, que eu acho que assim nós economizamos mais tempo, tanto eu, quanto V.Sa. No Brasil, o senhor falou muito da necessidade de uma política nacional de medicamentos, com o que eu concordo plenamente. No País, nós temos, foi publicada em 1998, uma portaria, que, entre aspas, "determina uma política nacional de medicamentos". Primeiro, eu penso que algo tão importante pra uma Nação tão grande, como o nosso País, como o Brasil, não poderia ter uma política de medicamentos estabelecida por portaria, e sim por algo maior, uma lei, não é? Mas gostaria de ouvir a sua opinião acerca do conteúdo dessa portaria importante, na parte propositiva desta CPI, porque nós investigamos, mas ao final dos trabalhos deveremos apresentar as nossas propostas pra que re consigamos um avanço e correção das inúmeras distorções que apresenta o setor. Então, uma avaliação de V.Sa. em relação ao conteúdo da portaria; segundo, uma avaliação da ação da vigilância sanitária, porque quando a gente fala em vigilância sanitária, e aqui já estive o Dr. Vecina, ele diz: "Não, mas a Agência é nova. Tem pouco mais de um ano". Ora, a Agência seguiu a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, do

Ministério da Saúde. Então, que o senhor fizesse uma avaliação, não só do ponto de vista da ação da Vigilância quanto à qualidade dos produtos, que são postos à disposição da população, no fato de coibir as propagandas abusivas, que levam ao uso irracional de medicamentos. E nós temos um exemplo concreto muito recente. Ontem, eu falei aqui a respeito de uma propaganda veiculada nos meios de comunicação, um medicamento de prescrição médica, e de retenção de receituário, veiculado livremente em meios de comunicação. E a gente percebe que hoje o conselho de propagandas, de agências, o CONAR, retirou essa propaganda do mercado. Não deveria ser o CONAR, deveria ser a vigilância sanitária.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Sem dúvida.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Que o senhor fizesse uma avaliação em relação a isso e a preço também, porque a vigilância tem como função cuidar de preços.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputada, V.Exa. está ocupando por três minutos.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Tô concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu queria notificar os Srs. Deputados todos que a Ordem do Dia começou, e daqui a pouco começaremos a votação.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - E por fim, Sr. Presidente, eu tenho uma última pergunta a fazer, em relação à assistência farmacêutica. O senhor acaba de falar sobre os inúmeros estabelecimentos, em torno de cinquenta e cinco mil estabelecimentos comerciais, que comercializam medicamentos neste País, grande parte deles sem um profissional técnico. O que o Governo deve fazer pra melhorar ou pra imprimir uma política de assistência farmacêutica que inexistente, e inexistiu nesses últimos anos em nosso País? Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa., Deputada. Com a palavra o depoente, Dr. José Ruben.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Obrigado, Deputado Nelson Marchezan. Olha, a Deputada Vanessa estava se referindo a esta portaria aqui, que é a portaria de outubro de 1998, e que estabeleceu as bases, as bases da política nacional de medicamentos. Olha, uma política nacional de medicamentos não precisa ser estabelecida, necessariamente, por lei. Ela pode começar por isso. Agora, o que nós temos que... O que a sociedade, que o Parlamento, enfim, todas

as instâncias precisam fazer é com que estas bases ganhem um sentido de realidade, por intermédio de programas específicos, de políticas específicas, sem o qual, eu concordo com a senhora, vai ficar letra morta. Particularmente, esta portaria aqui, da política nacional de medicamentos, foi uma das portarias mais democráticas que já se fez neste País, porque foi fruto de uma ampla consulta à sociedade. Eu não sei se todos os senhores e senhoras já tiveram a oportunidade de ler esta portaria. É a única portaria do Ministério da Saúde, que eu saiba, que tem uma bibliografia. Eu não conheço.... Isso aqui é uma ino... Foi a primeira vez no País que se fundamentou as idéias a respeito das bases de uma política nacional de medicamentos. Agora o que nós precisamos é esmiuçar e desenvolver cada um desses tópicos. E isso aí é uma responsabilidade do Poder Executivo, feita naturalmente, sob vigilância de toda a sociedade. Agora, em relação à Agência, eu tenho a impressão, eu acredito, Sr. Presidente, Sr. Relator, que a consulta deste livro, o sexto livro editado pela SOBRAVIME, "Vigilância Sanitária, Proteção e Defesa da Saúde", será muito proveitoso na elaboração do relatório, porque a autora faz uma consideração sobre as origens e o desenvolvimento da vigilância sanitária, que é indispensável conhecer para que certas afirmativas como: "Bom, a Agência agora que completou um ano. Portanto, sendo nova, nós não podemos ser cobrados daquilo que não tivemos tempo pra fazer." Não é bem essa a questão. Eu acho que, eu considero que o Dr. Gonzalo Vecina Neto é um ilustre sanitarista, mas eu tenho a impressão que ele não tá falando como sanitarista nesse momento,...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tempo de V.Exa. esgotado, senhor depoente.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - ...ele tá falando como um político, quer dizer, um político no sentido de ser incompleto, não é? Não tá falando como um político no sentido completo. Agora, em relação à última questão da propaganda, olhe, a falência global da vigilância sanitária no País reflete-se na falta de cumprimento, na falta de cumprimento. Eu nunca vi tantos e tão numerosos, zelosos funcionários da vigilância sanitária em todo o País que não aplicam as leis que existem. Por exemplo: eu estou me referindo ao Decreto 2.018.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Peço a V.Exa. que conclua. O tempo de V.Exa. tá esgotado. V.Exa. já ultrapassou.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - O Decreto 2.018 refere-se que nenhum tipo de propaganda dos chamados produtos de venda livre,

por exemplo, pode ser feito sem a menção das indicações, contra-indicações, alertas, advertências, reações adversas. Será que os **outdoors**, as propagandas em rádio, em televisão, as propagandas que existem nas revistas, supostamente farmacêuticas, consideram isso? E este é um decreto que tem por base a nossa legislação sanitária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nobre expoente, se V.Exa. não concluir, vou ser forçado a cortar o tempo,

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - ... e passar ao seguinte orador. Tem a palavra, o nobre Deputado Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sr. Presidente, Sr. Relator, fui informado agora que já iniciaram as votações nominais e que temos que comparecer ao plenário. Sr. Presidente, eu teria apenas uma rápida pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tem V.Exa. a palavra pra perguntas. Eu vou pedir aos Srs. Deputados que puderem votar, vamos no revezar. Como não há decisão nenhuma, a menos que queiram que a gente suspenda para que... não é, talvez possamos...

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - É, então, eu farei uma...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Eu acho o seguinte: que ir votar e voltar, até que é prático. Mas é um desprestígio para com o nosso convidado. Eu acho que nós perdemos tempo demais, de manhã, discutindo coisa que poderíamos ter discutido numa outra hora. Ele ficou aqui o tempo todo. E agora, ficar dois, três Parlamentares, mais a Mesa, eu acho que é um desprestígio. Então, o que eu sugeria...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Como é que V.Exa. quer prestigiar o homem?

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - O mínimo que a gente pode fazer é tentar encontrar uma solução pra prestigiar, porque um depoimento dessa importância ser tratado com descaso por parcela da Comissão é uma brincadeira. Lógico, eu tô excluindo a Mesa, porque V.Exa. e o Relator vão permanecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu tô propondo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas os Deputados que vieram aqui na parte de manhã, fizeram o maior empenho pra aprovar os seus

requerimentos, pra poder fazer o seu jogo, o que queriam, e desprestigiar uma pessoa da importância do Dr. José Ruben, eu fico indignado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - A indignação de V.Exa. tá registrada. Eu tô diante de um fato, que é do conhecimento amplo, geral e irrestrito de todos: quando começa a Ordem do Dia, os Srs. Deputados têm que dar presença lá. Nós temos adotado dois critérios: ou suspender ou fazermos o que alguns fizeram. Foram pra lá. Não há nenhum desprestígio ao Sr. Relator, desde que fiquem Deputados perguntando. Se não houver, eu interrompo. Agora, se quiserem suspender por dez minutos, para que votemos e retornemos aqui, pra questionar, eu proponho. Em votação: qual das duas opções? Quem deseja suspender? (*Pausa.*) O Sr. Relator deseja falar? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO NEY LOPES - Eu temo a suspensão, de haver um esvaziamento. Eu propunha que os que estão presentes aqui façam objetivamente suas perguntas, e que a gente conclua a sessão. Se houver alguma outra dúvida, encaminharemos por escrito ao depoente.

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Eu dispenso a minha pergunta, Sr. Presidente. Eu não tenho questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - V.Exa. desiste do questionamento?

O SR. DEPUTADO VICENTE CAROPRESO - Sim, senhor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - O Deputado Alceu Collares não se encontra presente, o Deputado Iris Simões não se encontra presente, o Deputado Márcio Matos não está presente. Deputado Neuton Lima.

O SR. DEPUTADO NEUTON LIMA - Sr. Presidente, eu também dispenso o meu questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Deputado Arlindo Chinaglia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. Presidente, Sr. Relator, Dr. José Ruben, pelo trabalho que o senhor vem desenvolvendo pela SOBRAVIME, o senhor próprio relatou aquilo que são iniciativas em âmbito governamental, inclusive tendo o senhor participado da elaboração da lista de remédios, vamos chamar essenciais, que o Ministério da Saúde elaborou. Evidentemente que essa é uma

iniciativa louvável, mas, na minha opinião, a questão de medicamentos é de tamanha gravidade e tão antiga, tendo inclusive, sendo... foi motivo de várias investigações através de CPI, não tendo, a rigor, conseguido alterar esse quadro. Se V.Sa. já respondeu, me perdoe, porque me ausentei momentaneamente exatamente porque fui atrás da prova de que o Presidente da ABRAFARMA de fato é dono daquela Drogamed, como foi aqui anunciado pelo Deputado Íris, e de fato ele é dono. E vamos pedir a quebra do sigilo fiscal, bancário e telefônico dele e dos sócios da empresa, anunciou o Sr. Presidente, o Sr. Relator e demais pares.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - A Minerva foi incorporada, foi a quinquagésima quarta alteração social ocorrida na primeira quinzena de dezembro de 1999. São bastante atuais os dados que obtivemos. Pois bem. Portanto, eu posso ter perdido parte das suas respostas, lamentavelmente. Mas na sua opinião, pela experiência que tem, no que diz respeito à vigilância sanitária...

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Hum.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Em 1999, foi criada a Agência, mas a vigilância é bem mais antiga do que isso. A Agência é uma concepção, ela foi anunciada como uma virada, que a partir dali a vigilância sanitária teria uma outra estrutura, uma outra concepção, digamos, novos quadros técnicos. Na sua opinião, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária vem cumprindo a contento o seu papel?

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Eu, Deputado Chinaglia, estaria fazendo uma julgamento precipitado se dissesse sim ou então não, porque realmente a questão é complexa. Eu acho que desde fevereiro do ano passado eu tenho observado iniciativas de diálogo com a sociedade que são muito louváveis, não é? Por exemplo, eu mencionei ainda há pouco a Consulta Pública nº 5, que trata da regulamentação da propaganda e publicidade farmacêuticas, como existe a Consulta Pública nº 3, que trata das boas normas de fabricação de produtos farmacêuticos. Quer dizer, a sociedade pode propor, propor, não é, mudanças e incluir alterações, participar da formulação das normas técnicas. Isto é uma coisa muito importante, é um avanço social considerável que o País teve agora, na segunda metade dos anos 90. Antes, não existia isso. Bom, agora, eu acho que o defeito básico da Agência é que é um órgão muito centralizado. Quer dizer, a formulação, não é, da Agência, acho que isso pode resultar, pode ter como...daqui

a algum tempo nós podemos verificar esse defeito de origem, porque a vigilância sanitária como, quer dizer, é uma atividade que precisa ser exercida, com ampla participação social e, a um só tempo, precisa ser executada da forma mais descentralizada possível.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Dr. José Ruben, veja, parece-me que o senhor foi chefe da vigilância sanitária do Estado de São Paulo...

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - É, exatamente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Durante uma época.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Na realidade, eu fui Diretor da Divisão do Exercício Profissional...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exato.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - ...do Estado de São Paulo que...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Incluía...

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Não, que incluía, quer dizer, que resultou mais tarde no Centro de Vigilância Sanitária. Muito bem, só que eu tive a satisfação de ser Diretor apenas por seis meses, porque o meu objetivo, ao chegar lá, foi, para usar uma expressão, digamos assim, irônica, implodir aquela estrutura, não é?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Me lembro.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Completamente malsã que existia, não é? Claro, acho que dei a minha contribuição. Mas voltando à...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas a pergunta, só para que o senhor inclusive combine aquela resposta ainda da parcial, por minha interrupção...

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Sei.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - ... e sua concessão, no seguinte: evidente que tem que ser descentralizada, mas, veja, será que precisa da sociedade ou de um Deputado ou do Congresso inteiro, todinho, será que depende de uma sugestão para que, por exemplo, o Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, faça uma reunião ou com as secretarias estaduais ou que vá em cada Estado, não são tantos assim, da para ir em uma semana em todos eles, percebe? Porque ontem nós tivemos aqui o depoimento da Secretária Estadual do Rio Grande do Sul e ela relatou que todos os laboratórios já tinham sido visitados naquele Estado. Eu imagino que isso não ocorreu em todos os

Estados, e uma vez só, na minha opinião, não bastaria. Quer dizer, então, essa iniciativa, tão primária, não depende de maiores elaborações nem de, digamos, uma nova legislação.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Não, não depende de uma nova legislação, depende, no caso específico das inspeções das indústrias farmacêuticas, depende de quadros, não é, de quadros técnicos que precisam, frise-se, estar permanentemente atualizados.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É verdade.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Quando eu... Em 1995, eu tive a oportunidade, com servidor do Sistema Único de Saúde, eu passei oito meses no Ministério da Saúde, trabalhando aqui, em Brasília, e eu vi que realmente as dificuldades são muito grandes, não é? Agora, essas dificuldades começaram a se atenuar, mas ainda existem, quando se começou a dar uma importância no sistema, quer dizer, no Poder Executivo, se dar importância à vigilância sanitária. Ou seja, à indústria farmacêutica, a ela, não interessa que as coisas andem bem, infelizmente. Eu acredito que houve alguma mudança nos últimos anos, mas como estou acompanhando isso há pelo menos quinze anos, eu percebo que se a indústria não é, digamos assim, acicatada pelo Poder Público para se adequar, e se o Poder Público não tem a consciência que é preciso respeitar o Código de Defesa do Consumidor, então, as coisas podem não ir bem. Agora, a Agência Nacional precisa acelerar o investimento na preparação de pessoal para fazer o exercício da vigilância e é preciso criar mecanismos efetivos de ligação com o Sistema Único de Saúde, que eu acho que ainda não existe.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exatamente, mas, veja, quando um governo, não estou aqui falando de pessoas, mas um governo que conduz a política do País durante cinco anos, veja, já deu mais do que tempo, antes da Agência, depois da Agência, de ter descoberto isso que o senhor está falando. Veja, que a indústria farmacêutica não quer, é evidente, agora, que o Governo não queira ou não consiga, é que é o grave...

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Gravíssimo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Até porque, veja, nós temos informações, e faço na forma de pergunta ao senhor, que até o momento a Agência Nacional de Vigilância Sanitária ela concentrou as suas contratações em altos cargos diretivos, mas ainda não conseguiu formar aquele quadro de técnicos que o

senhor tão bem nos elucida, que temos total concordância de que é necessário. Porque, veja, vamos admitir que a concepção da Agência, por parte do Governo, não seja uma máquina inchada, mas uma agência, digamos, não necessariamente neoliberal, mas com essa visão de que ela vai coordenar. O Estado, ele não pode interferir, ele tem que coordenar, mas no caso da Vigilância Sanitária, vai ter que coordenar, pelo menos, ações do Poder Público, não tem como delegar, não pode terceirizar isso. E aí, veja, os Estados têm o seu sistema de vigilância, os Municípios, né? Ainda que para combater, por exemplo, a dengue, não adianta matar mosquito só num bairro, não é? Tem que pegar as várias cidades e assim sucessivamente.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, é uma atividade essencialmente nacional, é uma atividade que cabe à coordenação e, na minha opinião, mais do que à coordenação, à intervenção. Pergunto ao senhor: a estruturação da Agência, quando o senhor cautelosamente, elegantemente, elegância que eu não tenho, não é, mas eu não posso dizer que está falho, mas também não posso dizer que está bom, entendi, na minha opinião está falho. Agora, essa esperança, o povo brasileiro tem, todos nós temos. Agora, nós estamos aqui, digamos assim, para, através da CPI, pressionar para resolver, senão, nós podemos correr o risco e falar assim: "Olha, o dia que contratar vai funcionar bem, o dia que treinar vai funcionar bem."

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Bom, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Peço a compreensão dos Srs. Deputados e do depoente para que a gente possa concluir os trabalhos, entenderam? Tem a palavra o depoente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu já...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Concluiu?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Já conclui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado a V.Exa. Com a palavra o depoente.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Muito obrigado, Deputado Nelson Marchezan. Bom, eu tenho, sou discípulo e faço questão de prestar uma homenagem neste momento ao saudoso Carlos Gentile de Melo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Me incorporo, com a sua permissão, nessa sua homenagem.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Este Médico, cirurgião, depois administrador hospitalar e depois sanitarista, **sensu latu**, que eu tive a honra de ser o editor de seu primeiro livro, "Saúde e Assistência Médica no Brasil", em 1977, ele, eu o vi muitas vezes analisando os descabimentos da saúde pública no Brasil, e ele sempre naquele tom, humorado, bem humorado dele, ele dizia para as pessoas ao término da exposição: "Olhem, vocês precisam só ter uma coisa, se imbuírem de um otimismo incorrigível". Então, Deputado Arlindo Chinaglia, eu sou um otimista incorrigível e acredito, não é, que as pessoas que estão na Agência Nacional estão imbuídas também da responsabilidade, da salvaguarda, não é, da proteção e da defesa da saúde do povo. É preciso que haja muito investimento nisso. Eu acho que a gente está gastando muito pouco dinheiro em vigilância sanitária. Me parece que estimativas aí dão conta que cerca de 20% do PIB estão relacionados com produtos que são objeto da ação da vigilância sanitária. E nós temos uma estrutura muito pequena e não temos ainda idéia de como essa articulação vai ser feita com o Sistema Único de Saúde, do qual eu sou um defensor ferrenho, como também com as instituições que precisam participar desse processo. Eu não recebi ainda, para terminar, uma informação objetiva deste primeiro aniversário, digamos assim, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, qual foi o resultado do diálogo que a vigilância teve, federal, teve com os conselhos, não é, de farmácia, os conselhos de Medicina e outras instituições que eu acho de uma importância fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Obrigado. Eu queria informar aos Srs. Deputados que eu acabo de assinar o pedido da quebra de sigilo das vinte e uma empresas junto à Receita Federal. Consegui os elementos, mas não consegui fazê-lo com relação às empresas de Minas Gerais porque ainda não conseguimos informações técnicas do CGC e CNTG.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, quando foi votado o requerimento eu alertei disso, que havia necessidade do CGC ou CNTJ e também do CPF, e alguns Deputados não concordaram. Agora, V.Exa. acaba dando razão a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Eu não consegui ainda, mas estamos tomando as providências. Tem a palavra o nobre Deputado

Sérgio Novais. (*Pausa.*) Ausente S.Exa. e esgotada a lista dos Srs. Deputados,...V.Exa. foi chamado.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - (*Fora do microfone. Inaudível*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Então, eu reabro e peço a V.Exa... Deputado Márcio, eu gostaria de ter a compreensão de V.Exa. para sintetizar as perguntas, se possível. Tem V.Exa. a palavra. Porque todos nós temos que votar e nós estamos com um número agora inexpressivo de Deputados em plenário.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Eu vou usar acho que quatro minutos para fazer as perguntas. Primeiro, que queria dizer o seguinte: que realmente a exposição que o senhor fez é de um cidadão que visa a cidadania, embora eu concorde com tudo, mas eu tenho que admitir que nós estamos dentro de uma utopia à perfeição. Por que isso? Primeiro, a cultura da população. Quem de nós não tomou óleo de fígado de bacalhau, Biotônico Fontoura e Calcigenol? Quer dizer, há muitos anos existe essa pressão, e a população hoje é intensamente dependente de medicamentos. Isso foi fabricado. Quer dizer, é uma população um tanto quanto hipocondríaca ao ponto do médico que faz uma receita de um ácido acetil salicílico às vezes ser criticado porque "eu não vim fazer uma consulta para receber ASS". Aí, outro lá vai dar um Buferim, e sai todo satisfeito. Tem o problema das vendas. A quantidade de medicamento que é vendida em balcão sem prescrição médica, sem a quantidade de guia suficiente, sem a dosagem suficiente, que levou a um sem número de antibióticos hoje que não estão valendo para nada por causa das resistências adquiridas. O próprio CEME fazia empurroterapia. Quantos remédios que nós vemos hoje que são jogados na população pobre, usando cloranfenicol, tetraciclina, ampicilina, sulfamexazol, gentamicina para curar uma infecção urinária, que faz muitos, muitos anos que eu não vejo essas medicações curarem infecção urinária. Isso é uma enganação que está sendo feita ao povo. Outra coisa é a seguinte: a respeito das doze perguntas feitas ao médico, é o ideal, mas nos dois minutos que o médico dedica à consulta, como fazer essas doze perguntas? Outra coisa que eu questiono — já questionei várias vezes aqui — é a falta de conhecimento farmacológico do médico e do farmacêutico quando sai da escola, e a maior parte dos médicos só vão aprender o nome comercial porque não sabem farmacologia. Isso aqui, o Conselho Federal de Medicina, o MEC têm que ter alguma ação para corrigir isso. Outra coisa, eu não concordo, que não é um

simples teste de biodisponibilidade, de bioequivalência que vai me dar a liberação de um remédio para ser dado à população. Eu posso fazer um teste de biodisponibilidade e bioequivalência para o Cloranfenicol que não vai curar absolutamente nada, por causa da resistência. Quer dizer, tem que ter um teste terapêutico. E também com relação às propagandas. Eu acho que a propaganda deve ser feita ao profissional médico, profissional odontólogo e o farmacêutico. Tem que ser feita de uma forma científica, pode ter até financiamento dos laboratórios aos congressos, coisa que a universidade devia fazer, as sociedades deviam fazer, mas desde que esses financiamentos tenham algum controle da sociedade, um controle governamental e que essas propagandas dos laboratórios junto aos profissionais da área de saúde que tenham curso universitário da área sejam feitas de uma maneira científica, e não uma propaganda lá no vendedor da farmácia, porque ali é empurrar o BO. E o BO não é só empurrado pela farmácia comercial...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tempo esgotado, Deputado. Peço que conclua.

O SR. DEPUTADO MÁRCIO MATOS - Também é empurrado...Vou concluir. Eu acho o seguinte: embora existam esses medicamentos essenciais, mas nós não podemos esquecer do investimento que tem que ser feito na pesquisa dos novos medicamentos, principalmente os medicamentos que eu chamo de genéticos, principalmente no campo da oncologia e da imunologia. Eu queria que o senhor falasse alguma coisa a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan-) - Tem V.Exa. três minutos pra concluir.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Eu concordo com suas judiciosas observações, mas eu diria o seguinte: o controle da propaganda, eu também tomei Emulsão Scott, Calcigenol Irradiado e Biotônico Fontoura, viu? Quer dizer, eu tomei esses remédios como as crianças brasileiras, hoje, estão tomando outros produtos semelhantes inúteis, né, produtos inúteis. Todos esses produtos são inúteis. Aliás, esta é uma das responsabilidades da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que precisam ser cumpridas o mais rapidamente possível. O mercado farmacêutico brasileiro está, quer dizer, as prateleiras das farmácias estão abarrotadas de produtos que são associações medicamentosas irracionais, portanto, desaconselháveis e inúteis. Quer dizer, é preciso fazer uma depuração do mercado farmacêutico, da mesma forma que se depura o sangue que está

intoxicado, por intermédio de um aparelho dialítico, nós temos que depurar também o mercado farmacêutico. Esta é uma responsabilidade intransferível da Vigilância Sanitária federal. Agora, o controle da publicidade, ele tem que ser feito, eu não queria usar essa expressão, não é, porque alguém pode achar que nós estamos exagerando, mas, olhe, eu acho que rigor draconiano em relação à promoção farmacêutica é pouco. Eu proponho um rigor ultradraconiano, sem o qual nós não vamos sair nunca deste, desse poço sem fundo que nos metemos. A sociedade precisa exigir, não é, por intermédio dessa consulta pública, que todo o tipo... Olha, o ato médico e o ato farmacêutico não podem ter influência nefasta da indústria farmacêutica sob qualquer hipótese. Sou contrário a qualquer tipo de financiamento de congressos, porque existem numerosos países que estão fazendo controle disso. Países desenvolvidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Tempo esgotado.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Nós havíamos encerrado as inscrições e todos sendo chamados. Chegou o Deputado Sérgio Novais. Consulto se vai abrir mão da sua inscrição.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Eu queria ouvir o Dr. Ruben rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan-) - Antes que V.Exa. use a palavra lhe pediria que fosse... Eu quero passar ao Sr. Relator um relatório final da Fundação Instituto de Administração da Faculdade, conveniado com a Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP, um estudo solicitado pela ABIFARMA que trata de programas de facilitação ao acesso da população brasileira a medicamentos essenciais. Tem V.Exa. a palavra. Pediria a cooperação de V.Exa. para que nós pudéssemos encerrar esta sessão, Deputado.

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Está bem. Eu vou, saudando aqui o Dr. José Ruben, eu acho que foi um dos melhores momentos que a CPI viveu até hoje. A explanação de V.Sa. realmente traz... o Deputado Pedro Eugênio tinha me alertado, como amigo de V.Sa., disse: "Infelizmente, não vou poder saudá-lo, porque tava com compromisso partidário", mas mandou um abraço e me alertou de que eu não poderia perder esse momento, que acredito, muito importante. Mas, Dr. Ruben, eu queria, primeiro, que V.Sa. fizesse uma avaliação rápida sobre, quando, no momento, no Brasil, acaba o controle de preço, em 92, e, simultaneamente, o

Governo Collor acaba também com a CEME. Portanto, uma avaliação rápida sobre esses dois momentos da história. E o segundo momento, eu queria que V.Sa. fizesse também um breve diagnóstico sobre a situação dos laboratórios públicos brasileiros. Nós tivemos na FURP, na semana passada, estivemos, iremos estar, na segunda-feira agora, na Farmanguinhos, para que nós tenhamos também a dimensão dessas questões que estão envolvidas. E acho que com a experiência e com essa visão, que acredito a visão que se... Eu tenho a mesma de V.Sa. Eu acho que, primeiramente, antes de fazer o controle de preço, nós vamos ter que fazer uma revisão geral de preço, Ministro Malan gostando ou não gostando, se essa é a visão do Ministro. Nós temos que rever preço, porque houve uma elevação grosseira, sem nenhum motivo, a não ser o descontrole da nossa economia e o descontrole dos agentes políticos que estão a comandar nosso País. Nós temos que fazer a revisão e, imediatamente, um controle, que temos diversas formas de fazer. Então, eu queria a opinião sobre esses dois aspectos.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Muito obrigado. Bom, em relação aos laboratórios farmacêuticos oficiais, eu já tive oportunidade de me manifestar aqui e reafirmo a necessidade da CPI recomendar ao Poder Executivo investimentos marcantes nos laboratórios públicos oficiais. Eu não conheço todos, mas conheço o LAFEP, que é o laboratório do meu Estado natal. Aliás, estive, a convite especialmente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Farmacêutica de Pernambuco, eu estive participando, durante dois dias, de um seminário de defesa, um seminário contra a privatização do LAFEP. E acredito que dei, como pernambucano, a minha contribuição para que o LAFEP, como muitos laboratórios governamentais...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - Quando foi esse seminário?

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - Esse seminário foi em outubro do ano passado, viu? Parece que o Governo do Estado de Pernambuco desistiu de suas intenções malsinadas de privatizar o LAFEP. Então, eu acho que, eu conheço relativamente bem a situação do LAFEP, e acho que a maioria dos laboratórios oficiais precisam passar por um urgente processo, célere mesmo, de modernização, não é, para atender as necessidades regionais. Agora, em relação ao seu questionamento de...

O SR. DEPUTADO SÉRGIO NOVAIS - CEME e controle de preços.

O SR. JOSÉ RUBEN DE ALCÂNTARA BONFIM - É, controle de preço. Bom, é o seguinte: acabou-se o controle de preço porque essa, naturalmente, era a perspectiva do governo neoliberal, aberto, do Collor, né? Agora, essa foi... Quer dizer, a sociedade, infelizmente, não reagiu, não reagiu contra isso, a indústria farmacêutica, particularmente a ABIFARMA, não é, tem enganado durante anos e anos e anos. Eu espero, sinceramente, que, de uma vez por todas, esta CP, esta atual CPI consiga dizer pra sociedade que a ABIFARMA tem enganado sistematicamente a população brasileira. Não é possível acreditar, não é, que a estrutura de preço de medicamentos, não é, é aquela que a ABIFARMA apresenta e, ademais, dizer, em alto e bom som, que o medicamento brasileiro é um dos mais baratos do mundo. Isto é uma falácia, não é? Agora, acho que nós precisamos realmente, concordo com a proposta de V.Exa., de se fazer realmente uma revisão de preços, mas eu insisto na necessidade, porque isto é uma exigência social. Olha, a gente não tem idéia, a gente tem uma idéia, claro, todos nós aqui temos a idéia, mas é preciso, é preciso conversar, ter um contato com uma pessoa que deixou de se restabelecer, teve a sua doença prolongada, teve o agravamento do seu problema, ou mesmo morreu porque não tinha um medicamento essencial à sua disposição, que é uma obrigação pública. Então, é esta, este o apelo que eu faço que a CPI dedique uma parte dos seus estudos a esse aspecto da política de medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Marchezan) - Desejo agradecer aos Srs. eminentes Deputados e, de modo especial, quero agradecer ao nosso expositor, Presidente, o Dr. José Ruben, Presidente da SOBRAVIME. E, ao declarar encerrada esta reunião, quero convocar a reunião daqueles que podem ir para o Rio de Janeiro, segunda-feira, e para cumprir a visita a Farmanguinhos e ao INPI. E na quarta-feira, às 10h, reunião aqui, quando esperamos poder ouvir, pelas 10h da manhã, o Dr. José Bueno...o Dr. Aparecido Bueno Camargo, Presidente da ABRAFARMA, cuja convocação acaba de ser aprovada, e à tarde, às 14h, o Dr. Vecina, como convidado nosso, a quem já enderecei, a ambos já enderecei correspondência e espero que o contato confirme. Agradeço a todos e, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a reunião.

Está encerrada a reunião.